

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA 2º TRIMESTRE 2014

Agosto de 2014

SUMÁRIO

1. Apresentação	3
1.1. Critérios para análise do desempenho estratégico.....	3
2. Análise do desempenho estratégico	5
2.1. Visão geral do desempenho estratégico	5
2.2. Visão geral do desempenho dos indicadores	7
2.3. Visão geral do desempenho das iniciativas estratégicas.....	9
2.4. Análise detalhada do desempenho estratégico no segundo trimestre de 2014	13
3. Conclusão	13

1. Apresentação

O Relatório de Análise da Estratégia apresenta o desempenho dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas estabelecidas no Plano Estratégico Institucional, e tem por finalidade subsidiar a Reunião de Análise da Estratégia (RAE), fornecendo insumos para garantir sua máxima produtividade.

A Reunião de Análise da Estratégia (RAE) visa a garantir o acompanhamento e a gestão da estratégia de médio e longo prazos, por meio da avaliação dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas constantes do Plano Estratégico Institucional. Além de assegurar investimento de tempo no diálogo estratégico, a RAE favorece a análise sistêmica do desempenho institucional, oportuniza discussões sobre os cenários interno e externo e como eles afetam a estratégia, promove o alinhamento de entendimentos acerca da estratégia e orienta a tomada de decisões.

As reuniões fornecem dados e fatos que asseguram uma gestão objetiva da estratégia, não sendo aconselhável conduzir a discussão para assuntos estritamente operacionais. A partir do aprendizado gerado pelas RAEs é que a estratégia pode ser questionada e, eventualmente, atualizada ou revista, a partir de um novo ciclo de formulação.

1.1. Critérios para análise do desempenho estratégico

A fim de sistematizar a análise do desempenho estratégico, este Tribunal, pautado na metodologia do BSC – Balanced Scorecard, adotou os critérios a seguir apresentados para avaliação dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

A análise de desempenho dos objetivos decorre da avaliação dos indicadores a eles relacionados. Cada indicador é “sinalizado” de acordo com o índice de alcance da respectiva meta, conforme os intervalos apresentados no quadro abaixo, devendo ser considerada a polaridade do indicador, isto é, “quanto maior, melhor” (quanto maior o resultado alcançado, melhor o desempenho) ou “quanto menor, melhor” (quanto menor o resultado alcançado, melhor o desempenho).

Observa-se, contudo, que após a revisão do Plano Estratégico, em 2012, deliberou-se pela modificação da margem de desempenho considerada razoável para avaliação da meta, passando de 5% para 10%.

Polaridade - Maior Melhor



Polaridade - Menor Melhor



Indicador não disponível no momento



Indicador sem medição para o período

Os “sinais” coloridos são recursos visuais que servem para representar a criticidade e o nível de atenção a ser dispensado aos indicadores e aos objetivos. A cor verde indica desempenho satisfatório. A cor amarela indica necessidade de atenção. A vermelha, a necessidade de ações corretivas e nível de atenção ainda maior.

Além dessas “sinalizações”, o indicador pode receber a cor preta, indicativo de que não está operacional porque não está sendo mensurado ou não tem meta definida, ou a cor cinza, que indica que não há medição para o período, isto é, o histórico de mensuração ainda não foi iniciado.

A média das pontuações obtidas do conjunto de indicadores de cada objetivo determinará a situação do objetivo estratégico, conforme quadro abaixo:

Critério dos Sinais de Desempenho dos Objetivos		
Pontuação dos Indicadores	Média dos Pontos	
	Resultado	Situação do Objetivo
3 pontos		
2 pontos	0 – 1,50	
1 ponto	1,51 – 2,50	
0 ponto	2,51 – 3,00	
Indicador não pontua		

As iniciativas estratégicas serão analisadas com base nos prazos de execução estabelecidos nos respectivos Planos Gerais de Projeto, conforme sinalizadores apresentados no quadro abaixo. Busca-se, dessa forma, facilitar a análise do andamento das iniciativas estratégicas e auxiliar a tomada de decisão em relação ao eventual realinhamento dessas iniciativas.

Critério de Desempenho das Iniciativas em relação ao Prazo (Planejado X Realizado)	
	Iniciativa em andamento, sem pontos de atenção ou riscos identificados não ocorridos
	Iniciativa com ponto de atenção ou pendência
	Iniciativa com problemas (riscos ocorridos)
	Iniciativa não iniciada
	Iniciativa concluída

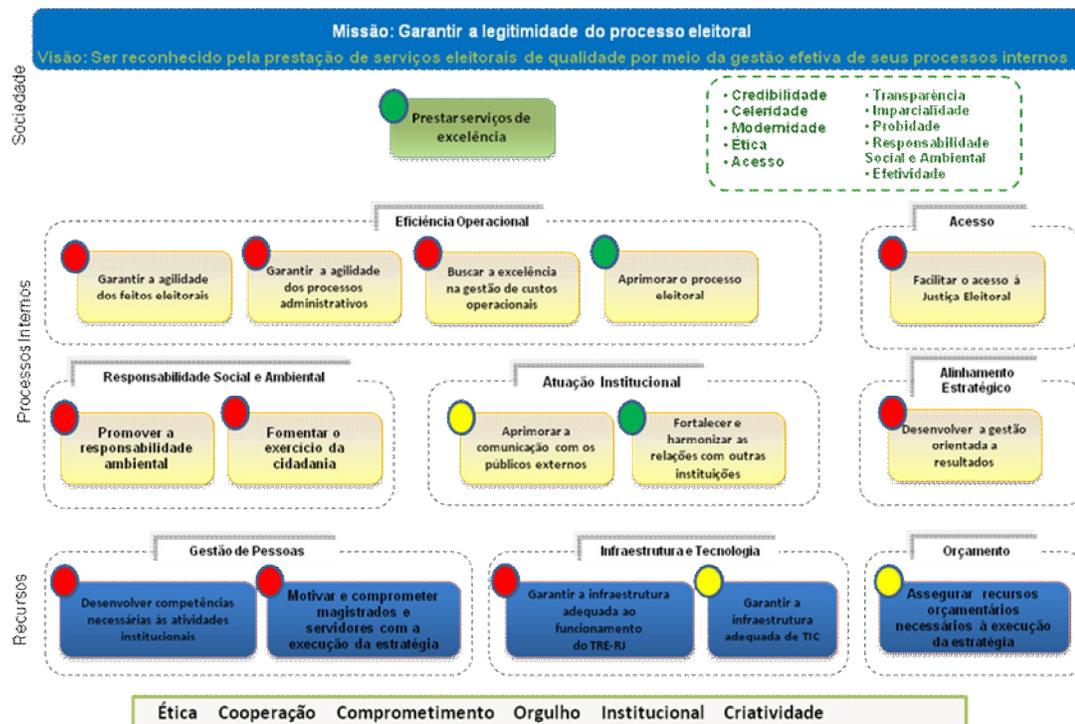
2. Análise do desempenho estratégico

O presente relatório apresenta o resultado do desempenho estratégico do TRE-RJ no segundo trimestre de 2014. Esta seção apresenta a análise do desempenho dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

A minuciosa avaliação das informações aqui apresentadas deve induzir à reflexão sobre a importância do monitoramento contínuo dos elementos do BSC e da vinculação entre a estratégia e o processo operacional como propulsores do aprendizado e do desenvolvimento institucional.

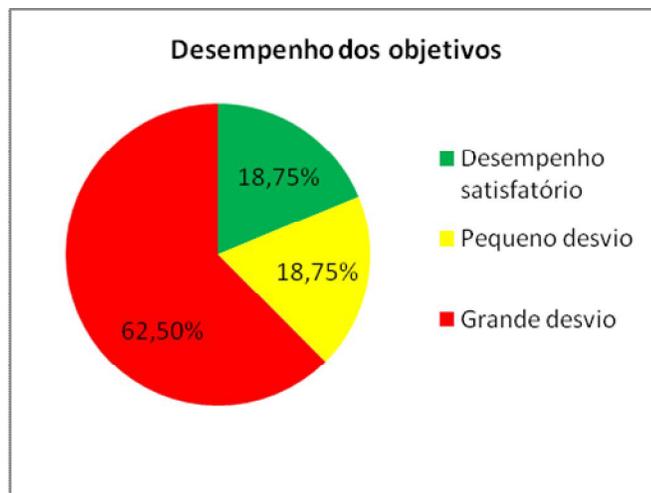
2.1. Visão geral do desempenho estratégico

O mapa estratégico do TRE-RJ apresentou a seguinte configuração ao final do segundo trimestre de 2014:



Considerando o quadro abaixo, que indica o número de objetivos, por período, de acordo com as respectivas “sinalizações”, depreende-se a significativa piora do desempenho estratégico do TRE-RJ.

	Verde	Amarelo	Vermelho
1º sem/2013	4	3	9
3º trim/2013	2	5	9
4º trim/2013	4	5	7
1º trim/2014	4	5	7
2º trim/2014	3	3	10



(Resultado do 2º trimestre de 2014)

2.2. Visão geral do desempenho dos indicadores

No que se refere à operacionalização dos indicadores estratégicos, observa-se que 6 (seis) não foram mensurados, recebendo a sinalização preta ou cinza, demonstrando piora em relação ao trimestre anterior, em que apenas 4 restaram sem medição.

Os fatores que impactam a não operacionalização dos indicadores neste trimestre estão relacionados a fatores diversos dos apresentados no período anterior.

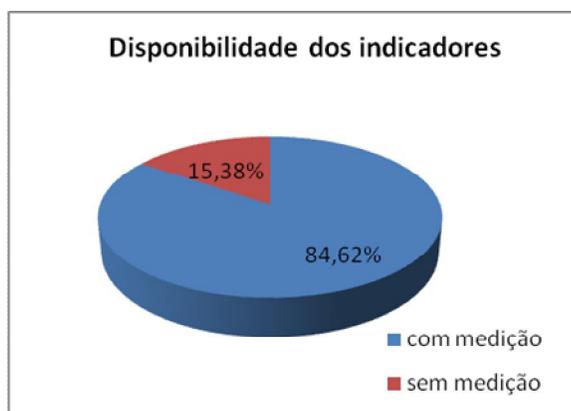
Os indicadores *"Percentual de implementação de planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições"* e *"Percentual de mesários voluntários"* não foram mensurados em razão de suas próprias periodicidades, recebendo, portanto, a sinalização "cinza", que não computa numericamente no cálculo de desempenho dos indicadores. Tal situação é, portanto, idêntica à do último trimestre, já que tais indicadores somente serão mensurados ao final de 2014.

Os indicadores *"Índice de adequação às competências organizacionais"*, e *"Índice de cartórios eleitorais participantes do Espaço Colaborativo"* não foram mensurados, pois dependem da implementação de projetos que viabilizem as respectivas operacionalizações. Tal situação também manteve-se estável em relação ao último período.

No que se refere ao indicador *"Índice de adequação das instalações físicas"*, conforme informação prestada pela Secretaria de Administração em 21 de agosto de 2014, a medição relativa ao 4º trimestre de 2013 foi realizada de forma equivocada, gerando inconsistência de informação no relatório correspondente àquele período. Consoante a

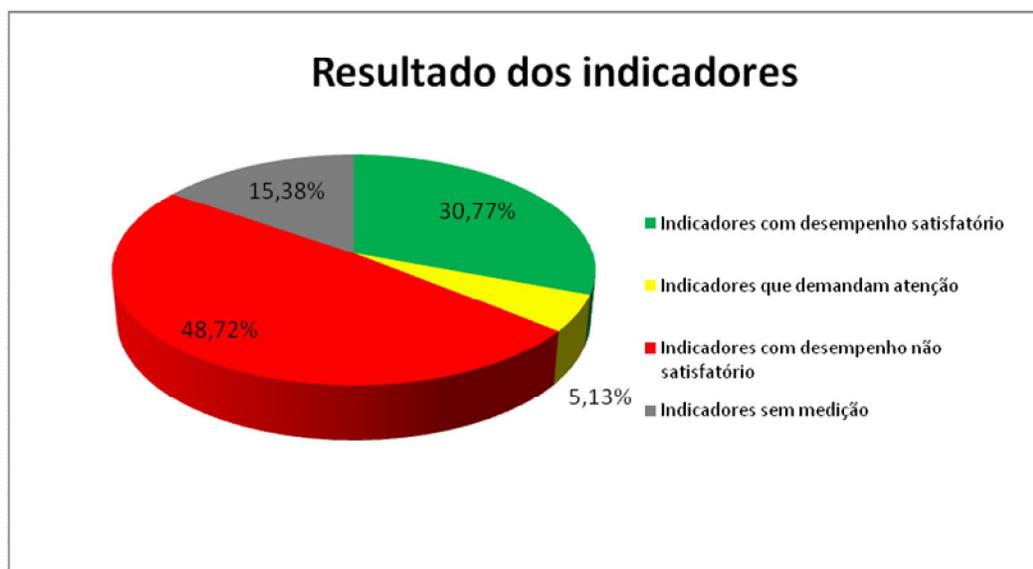
informação daquela Secretaria, a medição do indicador não pode ser efetuada, uma vez que a correta medição está condicionada à implementação do projeto estratégico "Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais". Assim, em que pese a medição do indicador ser anual e, portanto, a respectiva ficha de análise de desempenho não estar inserida no presente relatório, a ficha do objetivo já consigna para o referido indicador a sinalização "preta".

O sexto indicador não mensurado foi "*Custo de manutenção da estrutura*", cuja medição e análise correspondentes ao segundo trimestre de 2014 não foram encaminhadas à Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão para composição do presente relatório até a data de sua conclusão.



Dos 40 indicadores que integram o plano estratégico, apenas 39 são computados, uma vez que o indicador "Índice de alcance de metas estratégicas" não é incluído no cálculo de percentual de metas alcançadas. Observa-se que 12 indicadores tiveram desempenho dentro do limite desejável no segundo trimestre de 2014 (sinalização "verde"), isto é, suas metas foram atingidas ou apresentaram desempenho dentro do limite de comportamento desejável, o que corresponde a 30,77% do total de indicadores mensurados; 19 apresentaram desempenho insatisfatório (sinalização "vermelha"), o que corresponde a 48,71%; e, 2 indicadores demandam atenção (sinalização "amarela"), o que corresponde a 5,13%. Os outros 6 indicadores, conforme apontado anteriormente, não foram mensurados. Assim, em linhas gerais, demonstra-se uma sensível piora no desempenho estratégico do TRE-RJ, haja vista o quadro comparativo abaixo:

INDICADORES					
4º trimestre/2013	17	1	16	2	3
1º trimestre/2014	16	2	17	2	2
2º trimestre/2014	12	2	19	2	4



2.3. Visão geral do desempenho das iniciativas estratégicas

O TRE-RJ tem atualmente 34 (trinta e quatro) projetos em monitoramento em seu portfólio estratégico, considerando que além dos dois projetos concluídos em 2013 (“Ampliação da Carta de Serviços do TRE-RJ” e “Programa Qualidade de Vida no Trabalho – QVT”), mais cinco iniciativas foram concluídas no primeiro semestre de 2014 e o projeto “Programa TRE Cidadão” foi descontinuado após deliberação na última RAE, onde ficou decidido que a proposta de revisão de escopo do referido projeto será realizada apenas na próxima revisão do plano estratégico. Seguem os projetos concluídos no primeiro semestre de 2014: 1) “Gestão do Clima Organizacional”; 2) “Normatização sobre prática de atos ordinatórios de ofício”; 3) “Otimização do Sistema PIE - Plano Integrado das Eleições”; 4) “Planejamento das Eleições 2014”; 5) “Revisão da Agenda Ambiental”.

Destaca-se que embora todos os projetos elencados acima tenham sido dados como concluídos pelos respectivos gerentes e tenham sido entregues os produtos previstos, ainda restavam pendentes, ao final de segundo trimestre, a entrega dos Termos de Encerramento (TEP) dos projetos Gestão do Clima Organizacional, Otimização do Sistema PIE e Planejamento das Eleições 2014.

Embora seja perceptível a majoração do número de projetos concluídos ao longo deste segundo trimestre em relação ao anterior, verifica-se também o aumento do número de projetos com problemas e a redução do número de iniciativas sem pontos de atenção, demonstrando a necessidade de maior foco na solução de suas pendências, a fim de garantir maior eficiência em sua execução, evitar atrasos e desperdícios, além de assegurar a efetividade dos objetivos estratégicos aos quais estão relacionados.

Para tanto, reitera-se a sugestão de sistematização de reuniões do Comitê Gestor da Estratégia, com pauta específica sobre os projetos estratégicos, o que favorecerá o processo de execução e planejamento orçamentário das ações estratégicas.

Vale destacar, ainda, que os valores finais das Ações Estratégicas contempladas com recursos orçamentários para o ano de 2015 já foram informados pelo TSE. Segue abaixo a planilha de recursos solicitados e disponibilizados para as referidas ações:

AÇÃO	CUSTO	DISPONIBILIZADO
Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais (**)	R\$ 900.000,00	
Gestão Eletrônica de Documentos (1ª fase) / Gestão Documental	R\$ 336.600,00	
Mesário Voluntário 2015	R\$ 43.385,00	R\$ 43.396,30
Programa Eleitor do Futuro	R\$ 97.555,00	R\$ 90.220,00
TRE vai à Escola (*)	R\$ 9.103,50	
Programa Justiça Eleitoral Itinerante	R\$ 187.615,87	
Modernização do Data Center	R\$ 2.114.596,89	R\$ 2.239.569,56
Implantação de Rede Privada Virtual (VPN)	R\$ 398.227,10	
Serviço de controle de estoque de urnas eletrônicas com tecnologia RFID	R\$ 357.778,36	
Aquisição de software de gestão de desempenho	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
Pesquisa de Clima Organizacional 2015	R\$ 75.000,00	
Ginástica Laboral (integrante do PQVT) (*)	R\$ 40.000,00	
Palestra Anti-tabagismo (integrante do PQVT)	R\$ 6.500,00	
Vacinação contra gripe (integrante do PQVT)	R\$ 22.000,00	
Palestra sobre gestão do tempo (integrante do PQVT)	R\$ 6.500,00	
Ações de Capacitação	R\$ 1.100.000,00	R\$ 1.128.000,00
TOTAL	R\$ 5.719.861,72	R\$ 3.526.185,86

(*) O Presidente do TRE-RJ, Des. Bernardo Garcez, indeferiu a inclusão desses projetos na proposta orçamentária de ações estratégicas de 2015 (Prot. nº 6.286/2014)

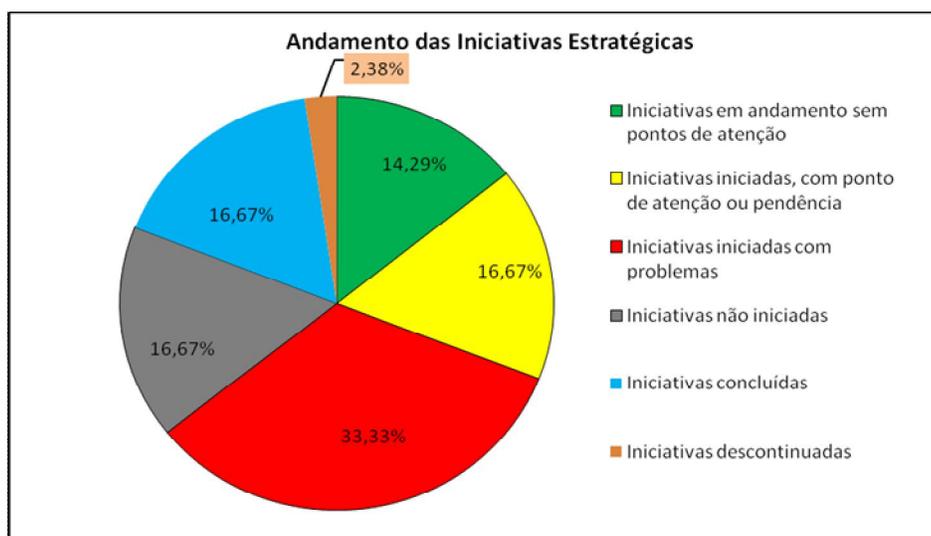
(**) Projeto excluído da Proposta Orçamentária de 2015 pelo Presidente, Des. Bernardo Garcez, decisão proferida nos autos n.º 6.286/2014.

É necessário esclarecer que o projeto "GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos" foi descontinuado, conforme deliberado na RAE realizada em maio do

corrente ano, sendo substituído pelo projeto “Gestão Documental”, que passou a integrar o portfólio, atualmente com a situação de “não iniciado”. O projeto “Modernização do Datacenter” teve seu status reclassificado, de “iniciativas iniciadas com problemas” para “iniciativas não iniciadas”, considerando que não há nenhuma documentação referente a este projeto, embora ele já faça parte do portfólio desde 2010.

Status	Situação em março de 2014	Situação em junho de 2014
Iniciativas concluídas	2	7
Iniciativas não iniciadas	4	7
Iniciativas em andamento sem pontos de atenção	10	6
Iniciativas iniciadas, com ponto de atenção ou pendência	14	7
Iniciativas iniciadas com problemas	12	14
Iniciativas descontinuadas	0	1

Com o objetivo de otimizar os procedimentos relacionados à gestão da carteira de projetos do Tribunal, faz-se necessária a capacitação de servidores da equipe da Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão em Gerenciamento de Portfólio de Projetos e em noções de gestão orçamentária, além da implantação de ferramenta informatizada.



Quadro resumo de desempenho das iniciativas estratégicas em junho de 2014		
Nome do projeto	Gerente	Status
Ampliação da Carta de Serviços do TRE-RJ	Cláudia Foffano de Souza	
Banco de Boas Práticas	Diego Guedes	
Cadastramento Biométrico de Eleitores	Cláudia Foffano de Souza	
Central de Serviços de TI	Fabiano Barbosa	
Comitê Gestor do Portal	Alberto Carmo de Araújo	
Desdobramento da Estratégia nas Unidades do TRE/RJ	Soraya Previtali	
Desenvolvimento e implementação da Política de comunicação do TRE-RJ	Maurício da Silva Duarte	
Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais	José Álvaro Manhães Wagner	
EAD - Ensino a Distância	Jason Marcelino	
Espaço Colaborativo	Tatiana Kagohara	
Exposição "Dez Mitos sobre o Sistema Eleitoral Brasileiro"	Mauricio Renault de Barros Correia	
Gestão Documental	Luciana Siqueira de Carvalho	
Georreferenciamento	Flávia Daniel	
Gestão do Clima Organizacional	Daniela Martins	
Gestão por Competência	Marcos Guerrero	
Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis Para Contratações	Moema Munck	
Guia de Pedidos de contratação de serviços e aquisição de materiais	Luciana de B. Magalhães Gomes Abduche	
Justiça Eleitoral Itinerante	Gisele Goneli	
Memória Oral	Maurício da Silva Duarte	
Mesário Voluntário 2014	Ana Lúcia Martins	
Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ	Tatiana de Freitas Kagohara	
Modernização do Data Center	Janeth Soares	
Normatização sobre prática de atos ordinatórios de ofício	Danielle Cunha	
Otimização do Sistema PIE - Plano Integrado das Eleições	Janete Rodrigues	
Padronização de registro de feitos eleitorais no SADP	Elizabeth de Albuquerque Oliveira Cirufo	
Planejamento das Eleições 2014	Ligia Monteiro	
Plano Diretor de Comunicação do TRE-RJ	Luciana Souza Batista	
Programa Eleitor do Futuro 2013-2014	Elaine Rodrigues Machado da Silva	
Programa Qualidade de Vida no Trabalho - QVT	Ayda Elisa Bruce Calabria	
Programa Segurança da Informação	Luciana Siqueira de Carvalho	
Programa TRE Cidadão	Bruno Moreira Lima	
Programa TRE vai à Escola	Helena Maria Barbosa da Silva	
Racionalização dos Custos de Manutenção	Herbert Garcia	
Reconhecimento do Trabalho voluntário em ações de cidadania	Elaine Rodrigues Machado da Silva	
Revisão da Agenda Ambiental	Maria Imaculada Machado do Carmo	
Sistema de Acompanhamento da Execução	Márcio Baptista Bettamio	
Sistema de Gestão da Estratégia	Soraya Previtali	
Sistema de Gestão de Compras	Carla Monteiro	
Sistema de Pesquisa de Satisfação	Andrea Bessler	
Sistematização do Controle de Parcerias	Fúlvia da Fonseca Coelho	
Sistematização do Programa TRE vai à Escola	Elaine Rodrigues Machado da Silva	
TV Corporativa	Leandro Quarti Lamarão	

Iniciativas em andamento sem pontos de atenção
Iniciativas iniciadas, com ponto de atenção ou pendência
Iniciativas iniciadas com problemas
Iniciativas não iniciadas
Iniciativas concluídas
Iniciativas descontinuadas

2.4. Análise detalhada do desempenho estratégico no segundo trimestre de 2014

As páginas que seguem apresentam as análises de desempenho dos objetivos estratégicos e respectivos indicadores, ordenados por perspectiva e tema, em relação ao segundo trimestre de 2014.

Cumprir destacar que no período objeto de análise deste Relatório, algumas unidades responsáveis por análise de indicadores e objetivos deixaram de fazê-lo. Em que pese as avaliações quantitativas apresentadas nos itens anteriores, a falta de algumas análises importou na impossibilidade de uma avaliação qualitativa mais consistente sobre o desempenho estratégico do Tribunal.

No que se refere aos indicadores estratégicos, importante salientar que o presente relatório contempla tão somente as fichas daqueles cujas periodicidades de medição sejam mensais, trimestrais, quadrimestrais ou semestrais. Deve-se ressaltar, contudo, que a avaliação do indicador “Custo de Manutenção da Estrutura”, cuja periodicidade é semestral, e cuja ficha integra o presente relatório, não foi realizada pela unidade responsável.

No que tange aos objetivos estratégicos, 62,5% deixaram de ser avaliados pelas unidades responsáveis, a saber: 1) Garantir a agilidade dos processos administrativos; 2) Buscar a excelência na gestão de custos operacionais; 3) Aprimorar o processo eleitoral; 4) Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral; 5) Aprimorar a comunicação com os públicos externos; 6) Fortalecer e harmonizar relações com outras instituições; 7) Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais; 8) Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia; 9) Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ; 10) Garantir a infraestrutura adequada de TI.

Destaca-se, contudo, que as fichas dos objetivos estratégicos, ainda que sem as respectivas análises, compõem o presente relatório.

3. Conclusão

No dia 27 de maio de 2014 foi realizada a I Reunião de Análise da Estratégia de 2014, cuja pauta abordou o desempenho global do TRE-RJ no ano de 2013, conforme consta do Prot. nº 26.442/2014, tendo sido gerados planos de ação com foco na melhoria do desempenho de alguns objetivos estratégicos.

Visando garantir o monitoramento dos planos de ação, a Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão encaminhou às unidades responsáveis pelos planos de ação gerados naquela RAE um formulário de avaliação. Os formulários respondidos encontram-se juntados àquele expediente e deverão subsidiar a próxima Reunião de Análise da Estratégia.

Considerando a importância de garantir o monitoramento sistemático do desempenho estratégico, o acompanhamento dos planos estabelecidos para seu alcance e o firme propósito de manter o cronograma de Reuniões de Análise da Estratégia aderente aos prazos previstos no Ato nº 391/2012, sugere-se que a próxima reunião, prevista para agosto, aborde o desempenho de todo o primeiro semestre de 2014, tomando-se por base a pauta proposta no último relatório, além de alguns outros aspectos derivados da análise do 2º trimestre.

Avaliando-se a pauta do último relatório, apresentam-se as seguintes sugestões:

- 1) Que a proposta de *"apresentação sintética dos projetos estratégicos em andamento com prazo de término previsto para dezembro de 2014"* seja abordada em reunião própria, ampliando-se o seu conteúdo para tratar do realinhamento do portfólio estratégico do Tribunal no que tange ao seu conteúdo, cronograma, orçamento em execução e reavaliações necessárias considerando a disponibilização orçamentária para realização de ações estratégicas em 2015. Tal reunião deve ser realizada com a máxima premência, haja vista as considerações contidas no item 2.3 deste Relatório.
- 2) Que a proposta relativa ao objetivo **"Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ"**, de identificação de ações visando garantir o alinhamento entre as ações de padronização mobiliária e imobiliária dos cartórios eleitorais, seja revista, tendo em vista a informação prestada pela Secretaria de Administração sobre o equívoco na mensuração do indicador "Índice de adequação das instalações físicas". Assim, considerando o desempenho insatisfatório do objetivo, sugere-se a substituição da abordagem anterior pela que segue: *"Considerando que a solicitação de orçamento para execução do projeto "Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais" foi excluída da proposta orçamentária de 2015, que medidas concretas devem ser adotadas para medir o indicador "Índice de adequação das instalações físicas?"*.

Assim, segue a sugestão consolidada de pauta para a II RAE de 2014:

1. Feedback dos planos de ação gerados na I RAE de 2014, realizada no dia 27 de maio de 2014
2. Feedback sobre a apresentação do TAP do projeto “*Gestão Documental*”
3. Revisão da ficha do indicador “*Índice de participação de magistrados*”
4. Deliberação sobre realização de reunião específica para realinhamento do portfólio estratégico do Tribunal no que tange ao seu conteúdo, cronograma, orçamento em execução e reavaliações necessárias considerando a disponibilização orçamentária para realização de ações estratégicas em 2015.
5. Proposição e aprovação dos planos de ação que respondam aos seguintes questionamentos:

5.1 Objetivo “*Aprimorar o processo eleitoral*”

Q: Considerando que a mensuração do indicador “*Percentual de implementação de planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições*”, é bienal e prevista para dezembro de 2014, e que os projetos “*Planejamento das eleições de 2014*” e “*Otimização do Sistema PIE*” encontram-se concluídos, de que forma devem ser sistematizados a gestão do planejamento eleitoral e o processo de avaliação das eleições?

5.2 Objetivo “*Aprimorar a comunicação com os públicos externos*”

Q: Considerando o baixo desempenho do indicador “*Disponibilização de sentenças na Internet pelas Zonas Eleitorais*”, que medidas serão adotadas visando garantir a célere publicação das sentenças e, conseqüentemente, a transparência e facilidade de acesso às informações sobre os processos?

5.3 Objetivo “*Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia*”

Q: Considerando que o desempenho do objetivo estratégico está intrinsecamente relacionado ao bom clima organizacional e à própria credibilidade da pesquisa no que tange às ações dela decorrentes, que medidas concretas deverão ser implementadas para garantir a efetiva gestão do clima organizacional e

a melhoria do desempenho das dimensões que apresentaram menor satisfação na pesquisa aplicada em 2013?

5.4 Objetivo “**Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ**”

Q: Considerando que a solicitação de orçamento para execução do projeto “Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais” foi excluída da proposta orçamentária de 2015, que medidas concretas devem ser adotadas para medir o indicador “Índice de adequação das instalações físicas”?

5.5 Objetivo “**Garantir a infraestrutura adequada de TIC**”

Q: Considerando os diversos fatores atribuídos ao desempenho não satisfatório do indicador “Índice de porte em TIC conforme requisitos definidos na Resolução 90/CNJ” (*), que medidas podem ser implementadas de forma prioritária para o atingimento das diretrizes estabelecidas na referida resolução do CNJ?

(*) impossibilidade de atualização dos microcomputadores da Sede e dos Cartórios; inexistência de normatização interna específica para a aquisição de soluções de TIC que determine a inclusão de cláusula de propriedade intelectual do código fonte ou depósito de código fonte no INPI; não realização de treinamentos para os novos servidores recebidos no último concurso em certificação digital; revisão das metas do indicador a fim de adequá-las ao novo entendimento do CNJ em relação à Justiça Eleitoral no que se refere à variável “Porte de Automação”; medidas para atender à variável “Força de Trabalho Mínima Recomendada para TIC”.

5.6 Objetivo “**Garantir a agilidade dos feitos eleitorais**”

Q: Considerando que a lacuna de formação específica dos servidores de primeiro grau para a análise dos processos de prestação de contas partidárias configura-se em risco ao bom desempenho do objetivo, que ação deve ser implementada para garantir a sedimentação desse e de outros conhecimentos relacionados ao processo eleitoral no âmbito da instituição, uma vez que imprescindíveis ao cumprimento da missão institucional?

5.7 Objetivo “Prestar serviços de excelência”

Q: Desde a aplicação da primeira pesquisa de satisfação do cliente externo, em 2012, observa-se que os resultados gerados não têm sido utilizados como insumos para a realização de ações de adequação da infraestrutura do Tribunal, dimensão da pesquisa que aponta piores resultados. Em consequência, não havendo *feedback* para os cartórios eleitorais alvo da pesquisa sobre as ações/intervenções dela decorrentes, têm-se observado considerável redução no número de formulários respondidos pelos eleitores, que lhes são oferecidos pelos servidores do cartório, resultando em uma amostra que não condiz fielmente com a população pesquisada, colocando em risco não apenas a fidedignidade dos resultados como a própria motivação e credibilidade dos servidores em relação à pesquisa. Assim, de que forma os resultados da pesquisa devem ser trabalhados para gerar ações de melhoria, com especial ênfase pela Secretaria de Administração no que tange à infraestrutura, e de que forma deve ser dado *feedback* aos cartórios eleitorais sobre o aproveitamento dos resultados apurados para a implementação de ações de melhoria?

5.8 Objetivos “Fomentar o exercício da cidadania”; “Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral” e “Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia”

Q: Considerando o baixíssimo índice e a queda crítica de desempenho dos indicadores relacionados às ações de cidadania promovidas por este Tribunal e, ainda, o apoio do TSE a este tipo de ação, o que se evidencia pelo histórico de disponibilização orçamentária por parte daquele Corte Superior para suportar ações dessa natureza, que iniciativas devem ser implementadas para motivar a participação voluntária de servidores e magistrados nas iniciativas voltadas ao fomento do exercício da cidadania, assim como para incrementar a divulgação de tais ações para o público externo?

ANEXO I
ANÁLISE DOS OBJETIVOS
E
INDICADORES ESTRATÉGICOS

Missão

Garantir a legitimidade do processo eleitoral

Ser reconhecido pela prestação de serviços eleitorais de qualidade por meio da gestão efetiva de seus processos internos

Perspectiva: Sociedade

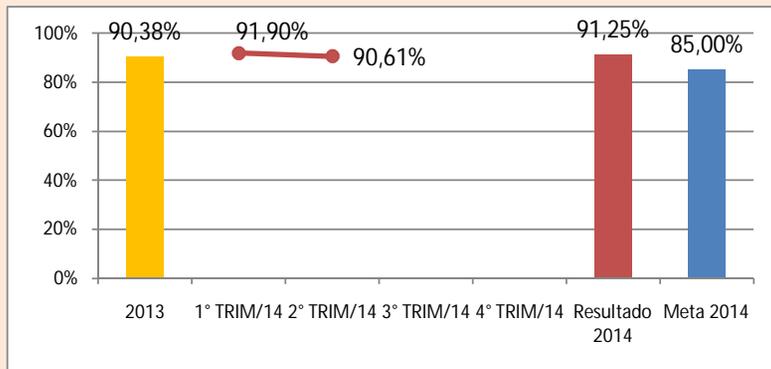
Objetivo Estratégico:

Prestar serviços de excelência

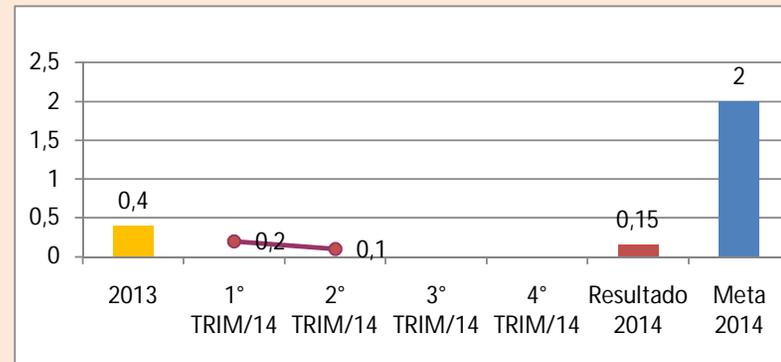
Monitoramento de Objetivo Estratégico

Objetivo: Prestar serviços de excelência

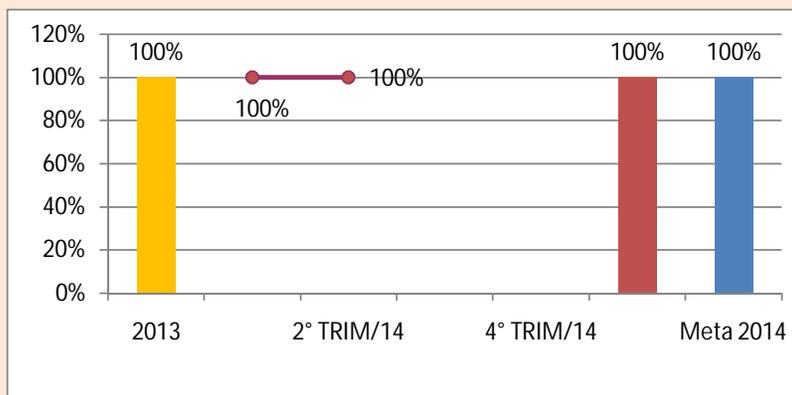
PSE 01 - Índice de satisfação do cliente externo



PSE 03 - Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria



PSE 02 - Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria



Projetos Estratégicos

Sistema de Pesquisa de Satisfação



Objetivo: Prestar serviços de excelência

Análise de Desempenho

Exemplo de preenchimento:

1 - O resultado foi plenamente atingido, ultrapassando as expectativas; 2 - Apesar de a meta ter sido alcançada, não houve garantia do cumprimento do objetivo, pelo desvio das atribuições da Ouvidoria (vide item 4); 3 - O impacto no desempenho é positivo, no entanto prejudicial para análise do real resultado do objetivo; 4 - O percentual de contatos dirigidos à Ouvidoria que recebem resposta não estão aptos a avaliarem o grau de prontidão dessa unidade, uma vez que o atendimento de diversas demandas deveriam ser competência de outra unidade específica, tal qual uma central de atendimento do eleitor;

O grau de eficiência da Ouvidoria, medido pelo tempo médio de resposta a contatos a ela dirigidos é, portanto, mitigada pela estrutura de atendimento ao público externo disponível hoje neste Regional; Atendimentos de mera informação que deveriam ser realizados por outro canal de comunicação ampliam a meta proposta pelo Plano Estratégico, sem, contudo, demonstrar o real grau de eficiência da Ouvidoria;

5 - Inadequação da demanda externa aos canais de comunicação existentes neste Tribunal; Ausência de canal de comunicação específico para prestação de informações e direcionamento de demandas. 6 - Adequar a demanda externa aos canais de comunicação existentes neste Tribunal, verificando a necessidade de criação de novos canais; Garantir maior fidedignidade aos indicadores do objetivo relacionado aos canais de comunicação, avaliando corretamente o grau de prontidão desse serviço;

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	PSE 01 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO					
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Prestar serviços de excelência						
O QUE MEDE		A percepção dos clientes quanto aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro nos pontos de atendimento ao público (Secretaria Judiciária, cartórios eleitorais, Central de Atendimento ao Eleitor e postos descentralizados de atendimento) e na Internet.						
COMO MEDIR		Total de respostas que indicam satisfação do cliente (TRespCISat), dividido pelo número total de respostas à pesquisa (TCIResp), multiplicado por cem. SC = (TRespCISat / TCIResp) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente	
QUEM MEDE		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
QUEM ANALISA		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
META		Atingir 85% de usuários satisfeitos, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo	
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	91,25%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/14	91,90%	83,50%
Meta 2014	85,00%					2º TRIM/14	90,61%	84,00%
Histórico						3º TRIM/14		84,50%
2011	NM					4º TRIM/14		85,00%
2012	82,00%							
2013	90,38%							
<p>1) Os quesitos a serem medidos serão avaliados pelos clientes com base nos seguintes critérios: "péssimo", "ruim", "bom" e "ótimo".</p> <p>2) Serão consideradas respostas que indicam satisfação do cliente as avaliadas com os critérios "bom" ou "ótimo".</p> <p>3) Considerando que o indicador corresponde ao indicador "Grau de satisfação de clientes" do Plano Estratégico da Justiça Eleitoral, e que tal indicador não prevê a avaliação da satisfação dos clientes em relação aos serviços da Internet, o resultado a ser comunicado ao TSE deve se restringir às aferições realizadas nos pontos de atendimento ao público, isto é, Secretaria Judiciária, cartórios eleitorais, Central de Atendimento ao Eleitor e postos descentralizados de atendimento.</p>								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		PSE 01 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO

Análise de desempenho (2º trimestre):

Apesar da ligeira queda no trimestre, o índice de satisfação acumulado no ano (91,25%) encontra-se um pouco acima do resultado do ano anterior (90,38%), o que é bastante satisfatório, já que em anos eleitorais a demanda é muito maior. No entanto, a avaliação da pesquisa indica que a mesma teve sua margem de erro aumentada, isso porque 12 cartórios não conseguiram captar nem 70% da quantidade de formulários definida, resultando em uma amostra que não condiz fielmente com a população pesquisada. Destacam-se, negativamente, dois cartórios que não conseguiram nenhum formulário válido. Sugere-se forte atuação junto aos cartórios responsáveis pela aplicação da pesquisa a fim de garantir a quantidade mínima de formulários definidos para a amostra.

O Sistema de Pesquisa de Satisfação, iniciativa ligada ao indicador, já se encontra em fase de produção. O relatório do 2º trimestre já foi construído a partir do sistema. A utilização do sistema deve propiciar uma maior agilidade na realização da pesquisa, que ainda não foi conseguida nesta última, em virtude das melhorias que ainda precisaram ser implantadas para geração desse relatório. No entanto, cabe ressaltar a melhoria percebida pela possibilidade de digitação dos dados por mais de um servidor, funcionalidade possibilitada pelo sistema. Ainda com relação a iniciativas que possam impactar no indicador, o projeto "Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais" e seus desdobramentos trariam um ganho significativo ao indicador, já que a pesquisa vem mostrando que a grande deficiência da prestação de serviços está, sem dúvida, na infraestrutura, que não se mostra adequada. Desta forma, recomenda-se forte atuação da instituição no sentido de garantir infraestrutura adequada aos cartórios, o que certamente aumentaria o índice de satisfação. A falta de atuação nesse sentido deixará pouca margem para a melhoria do desempenho do indicador, que já se encontra em um patamar bastante elevado nos outros quesitos avaliados. Considerando os resultados alcançados nas últimas pesquisas e visando fazer com que o indicador represente um desafio para a Instituição, sugere-se que a meta seja aumentada para 90%.

Variável	1 trim/14	2 trim/14	3 trim/14	4 trim/14
TRespCISa	8.479	7.012		
TCIResp	9.226	7.740		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	PSE 02 - ÍNDICE DE RESPOSTAS A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA					
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Prestar serviços de excelência						
O QUE MEDE		O percentual de contatos dirigidos à Ouvidoria que receberam resposta.						
COMO MEDIR		Total de contatos que receberam resposta no período base (TContResp) dividido pelo total de contatos recebidos no período base (TContRec) acrescido do total de respostas pendentes (TRespPen), multiplicado por cem. RO = [(TContResp / (TContRec + TRespPen)) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente	
QUEM MEDE		Unidade responsável pela operacionalização dos atendimentos da Ouvidoria						
QUEM ANALISA		Vice-Presidência (VP)						
META		Responder a 100% dos contatos recebidos pela Ouvidoria, anualmente.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Registros de comunicações recebidas e expedidas pela Ouvidoria	
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	100,00%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/14	100%	100%
Meta 2014	100%					2º TRIM/14	100%	100%
Histórico						3º TRIM/14		100%
2011	NM	4º TRIM/14		100%				
2012	100%							
2013	100,00%							
<p>1) Para o cálculo do indicador devem ser consideradas apenas as respostas finais ou definitivas a cada contato, excluindo-se do cômputo, por exemplo, as confirmações de recebimento e as respostas intermediárias.</p> <p>2) Entende-se por "respostas pendentes" o saldo residual de contatos não respondidos até o final do período anterior ao período-base (trimestre).</p> <p>3) Devem ser excluídos do indicador os contatos definidos, em norma ou instrução aplicável às atividades da Ouvidoria, como inadmissíveis, isentos de necessidade de resposta ou redirecionados a outras Unidades ou Órgãos.</p>								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		PSE 02 - ÍNDICE DE RESPOSTAS A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA

Análise de Desempenho (2º trimestre):

Da apuração dos dados oriundos do Sistema de Ouvidoria, infere-se que, a despeito do sutil aumento das demandas, o indicador aponta o atendimento da meta de responder a 100% dos contatos.

Não houve alteração em relação ao trimestre anterior ou ao período equivalente do ano de 2013.

O índice parcial manteve-se, portanto, dentro do patamar histórico da meta, o que demonstra a persistência da eficácia do serviço.

Diante disso, não há, por ora, qualquer sugestão a ser feita ou observação a se acrescentar àquilo que já dito por acasão da análise predecessora.

Variável	1 TRIM	2 TRIM	3 TRIM	4 TRIM
TContResp	303	430		
TContRec	303	430		
TRespPen		0		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	PSE 03 - TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Prestar serviços de excelência							
O QUE MEDE	O tempo médio, em dias úteis, entre o recebimento de cada solicitação dirigida à Ouvidoria e o envio de sua resposta.							
COMO MEDIR	Somatório de dias úteis decorridos entre o recebimento da demanda e o envio da resposta a cada contato (Σ DiasÚteisResp), dividido pelo total de contatos respondidos no período base (TContResp) TMRO=(Σ DiasÚteisResp/TContResp)	UNIDADE DE MEDIDA:	Unidade (nº de dias)					
		QUANDO MEDIR:	Trimestralmente					
QUEM MEDE	Unidade responsável pela operacionalização dos atendimentos da Ouvidoria							
QUEM ANALISA	Vice-Presidência (VP)							
META	Responder aos contatos recebidos pela Ouvidoria em tempo médio inferior a 2 (dois) dias úteis.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto menor, melhor.	FONTE DE DADOS	Registros de comunicações recebidas e expedidas pela Ouvidoria			
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	0,15					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/14	0,2	2,0
Meta 2014						2º TRIM/14	0,1	2,0
Histórico						3º TRIM/14		2,0
2011	NM					4º TRIM/14		2,0
2012	0,9					Resultado 2014	0,15	
2013	0,4	Meta 2014	2					
<p>1) Para o cálculo do indicador devem ser consideradas apenas as respostas finais ou definitivas a cada contato, excluindo-se do cômputo, por exemplo, as confirmações de recebimento e as respostas intermediárias.</p> <p>2) Devem ser excluídos do indicador os contatos definidos, em norma ou instrução aplicável às atividades da Ouvidoria, como inadmissíveis, isentos de necessidade de resposta ou redirecionados a outras Unidades ou Órgãos.</p>								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES			
	INDICADOR:		PSE 03 - TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA	

Análise de desempenho (2º trimestre):

Conforme podemos extrair dos dados fornecidos pelo Sistema de Ouvidoria, mais uma vez foi atingida com folga a meta de responder aos contatos recebidos em tempo médio inferior a dois dias úteis.

Verificou-se também melhoria em relação ao trimestre anterior, com redução do tempo de atendimento em 0,1 dia, apesar do ligeiro aumento no número de respostas.

No confronto com o trimestre equivalente do ano anterior podemos perceber um acentuado declínio no número de atendimentos. Porém, essa oscilação deve-se ao fato de aquele período coincidir com o do lançamento do recadastramento biométrico no Município de Niterói, o que gerou, na ocasião, notável incremento dos pedidos de informação dirigidos à Ouvidoria. De onde se conclui que o atual número de atendimentos se encontra dentro do esperado e não reflete desinteresse dos usuários pelo serviço nem dificuldades de acesso.

A propósito dos pedidos de informação, cumpre registrar que já foram adotadas as primeiras iniciativas no sentido da criação de uma central de atendimento ou de instrumento equivalente que possa facilitar a obtenção de respostas às perguntas mais frequentes, que envolvem dúvidas de eleitores sobre o alistamento eleitoral, atualização de dados cadastrais e regularização do título de eleitor.

Tal plano de ação teve início na Reunião de Análise da Estratégia relativa ao 4º trimestre de 2013, ocorrida em 27 de maio de 2014, na qual se deliberou pela criação de grupo para estudo da viabilidade de ampliação ou otimização dos canais de comunicação com o público externo.

Espera-se com isso minimizar o impacto dos pedidos de informação sobre o presente indicador, no intuito de permitir que este revele com maior transparência o tempo médio de atendimento de demandas relacionadas a sugestões, reclamações, denúncias e elogios, pois são as que se mostram pertinentes ao objetivo estratégico ao qual é vinculado, que é o de prestar serviços de excelência.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
ΣDiasUteisResp	60,6	43		
TContResp	303	430		

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Eficiência Operacional

Objetivos Estratégicos:

Garantir agilidade dos feitos eleitorais

Garantir a agilidade dos processos administrativos

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

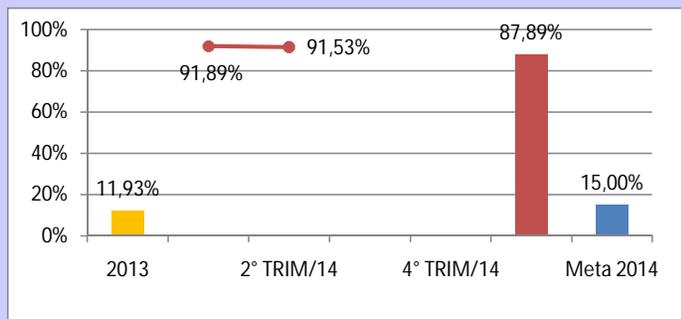
Aprimorar o processo eleitoral

Monitoramento de Objetivo Estratégico

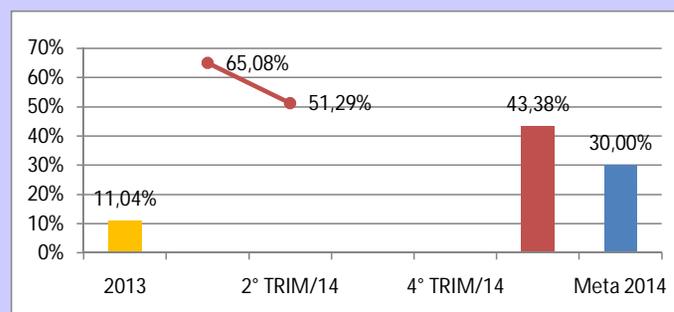
Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Garantir agilidade dos feitos eleitorais

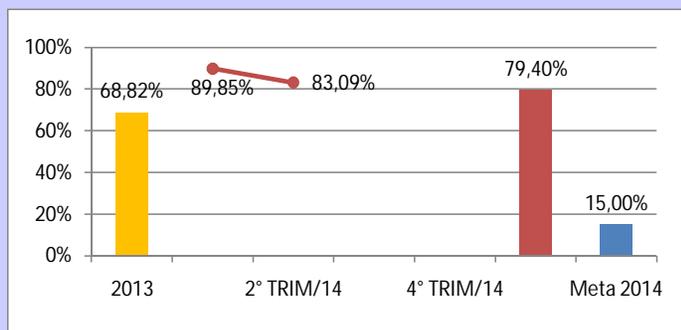
EO 01 - Taxa de congestionamento de feitos judiciais (1º grau)



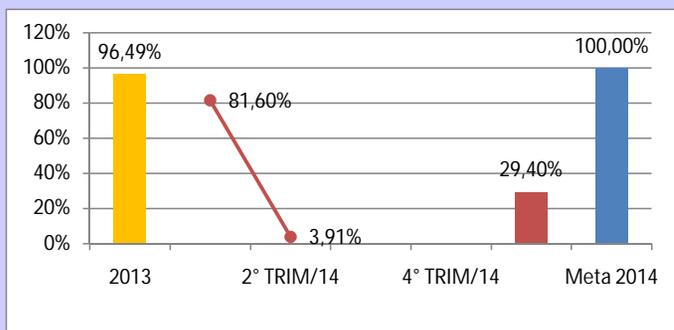
EO 03 - Taxa de congestionamento de feitos administrativos (1º grau)



EO 02 - Taxa de congestionamento de feitos judiciais (2º grau)



EO 04 - Índice de agilidade no julgamento de feitos judiciais (1º grau)

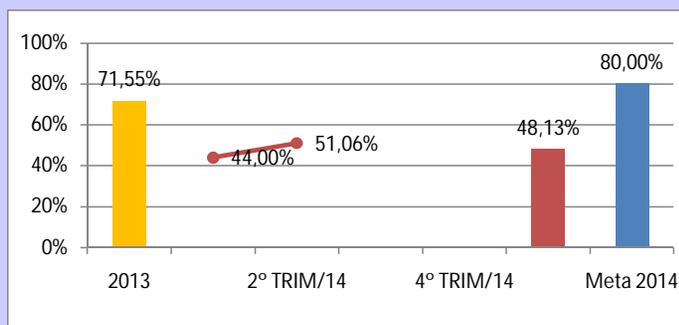


Monitoramento de Objetivo Estratégico

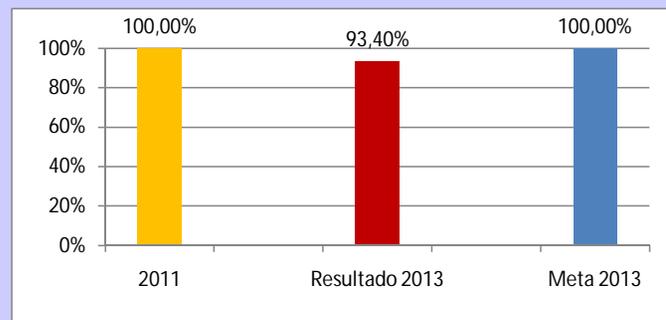
Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Garantir agilidade dos feitos eleitorais

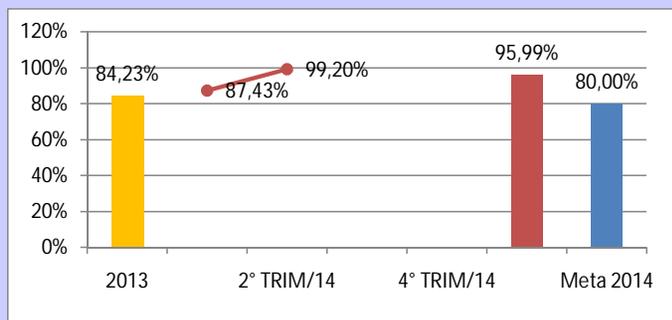
EO 05 - Índice de agilidade no julgamento de feitos judiciais (2º grau)



EO 07 - Prestações de contas julgadas no prazo



EO 06 - Índice de agilidade no julgamento de feitos administrativos (1º grau)



Projetos Estratégicos

- Normatização sobre prática de atos ordinatórios de ofício
- Padronização de registro de feitos eleitorais no SADP

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Garantir agilidade dos feitos eleitorais

Análise de Desempenho

Em análise globalizada dos vários indicadores que temos em relação a tramitação de feitos, sejam judiciais ou administrativos, tanto de primeiro quanto de segundo grau pode-se perceber que, no trimestre, os resultados ficaram aquém da meta estabelecida para o final do período. Este desempenho pode incidir negativamente no objetivo estratégico estabelecido pelo Tribunal, qual seja, "Garantir agilidade dos feitos eleitorais".

Entretanto, se comparados ao primeiro trimestre, quase todos os indicadores obtiveram melhores resultados, consequência de ações que vem sendo gradualmente implementadas tanto em primeiro quanto em segundo graus. Merece destaque o índice de agilidade no julgamento dos feitos administrativos de 1º grau, que pelo segundo trimestre superou a meta anual.

As principais ações que estão sendo tomadas para buscar uma melhora nos indicadores vão em duas direções: uma em relação a qualidade e confiabilidade do dado coletado que está sendo buscada por meio de implementação de relatórios parametrizados no SADP para extração dos dados que respaldam as respostas a tais indicadores. De outro lado, em 1º grau, ocorreram cobranças junto aos magistrados para que expliquem as razões principais para a paralisação de alguns feitos que prejudicaram o desempenho dos indicadores.

Em primeiro grau, a principal fonte de problemas foi o ingresso de um grande volume de processos de Prestação de Contas Anuais e de Filiação Partidária, fator que, somado à redução das baixas por conta das tarefas atinentes a preparação das eleições, resultou em uma piora nos resultados.

Em segundo grau, questão mais relevante está na credibilidade dos dados gerados pelos relatórios estatísticos, que não retratam a realidade com segurança e, por este motivo, estão sendo reformulados e reimplementados.

Os principais riscos para a melhora dos índices são a falta de pessoal e a aproximação do período eleitoral, momento em que a prioridade para a preparação do pleito desvia os reduzidos recursos humanos disponíveis.

Ressalte-se que a necessidade de celeridade no andamento dos feitos próprios da eleição, especialmente os registros de candidatura – em um volume altamente expressivo – e as representações em função de propaganda eleitoral irregular, fazem com que haja a tendência de manutenção ou até mesmo piora dos índices em função da prioridade de andamento dos processos mencionados em detrimento dos feitos mais antigos.

A recomendação é que se dê continuidade à elaboração dos relatórios extraídos do SADP bem como ao monitoramento da tramitação processual para acompanhar o cumprimento da meta ao longo do próximo trimestre e identificar o impacto que as ações realizadas terão para a melhora dos indicadores.

Por oportuno, ressalte-se a dificuldade de manutenção do constante monitoramento dos processos no período eleitoral, especialmente em virtude da necessidade de controle dos feitos específicos da eleição pela Secretaria Judiciária e dos preparativos para a realização das eleições efetuado pelas zonas eleitorais.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
INDICADOR:		EO 01 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)						
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade dos feitos eleitorais							
O QUE MEDE	A relação entre os feitos judiciais baixados, novos e pendentes de julgamento, no âmbito do 1º grau de jurisdição.							
COMO MEDIR	Total de feitos judiciais baixados no 1º grau no período base (T BaixJud1º), dividido pelo total de feitos judiciais novos (FNJud1º) acrescido ao total de feitos judiciais pendentes de julgamento (FPJud1º), subtraído de 1. TCJud1º = {1 - [(T BaixJud1º / (FNJud1º + FPJud1º))]} x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
					QUANDO MEDIR:	Trimestralmente		
QUEM MEDE	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)							
QUEM ANALISA	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)							
META	Reduzir a taxa de congestionamento de feitos judiciais no 1º grau para 15%, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto menor, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP			
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	87,89%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/14	91,89%	16,50%
Meta 2014	15,00%					2º TRIM/14	91,53%	16,00%
Histórico						3º TRIM/14		15,50%
2011	51,69%					4º TRIM/14		15,00%
2012	50,21%							
2013	11,93%							

1) Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior;
- Processos arquivados definitivamente;
- Processos suspensos/sobrestados; e
- Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

2) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.

3) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.

4) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

5) Havendo a remessa de um processo de um Juízo Eleitoral de 1º grau para outro, tal processo não será considerado baixado para o Juízo que o remeter, nem como caso novo para o Juízo que o receber. Nessa circunstância, ele só será considerado como baixado no Juízo que o recebeu quando se enquadrar numa das hipóteses da observação acima.

6) Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.

7) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração e pedidos de reconsideração) e os recursos externos (recurso eleitoral).

8) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Ação Cautelar; Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; Ação de Investigação Judicial Eleitoral; Ação Penal;
- Apuração de Eleição; Embargos à Execução; Exceção; Habeas Corpus; Habeas Data; Mandado de Segurança;
- Petição de Natureza Judicial; Prestação de Contas; Registro de Candidaturas; e Representação.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		EO 01 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)

Análise de Desempenho (2º trimestre):

Conforme os dados coletados o nível de obtenção da meta está ainda muito longe de ser alcançado. Isto porque embora no trimestre em análise tenha sido dobrado o número de baixas dos processos, ocorreu no mesmo período um crescimento significativo de casos novos, provocando um acentuado impacto no indicador. Foi possível constatar que ingressaram vários processos de prestação de contas indistintamente em todos os cartórios eleitorais. Isto pode ser relacionado diretamente com a necessidade de prestação de contas pelos diretórios partidários uma vez que sem tal prestação as cotas do fundo partidário não podem ser repassadas para as agremiações. Há dois principais riscos em relação a estes novos processos o primeiro é em relação à análise dos processos visto que os servidores da Justiça Eleitoral não têm formação específica para tal fim. Espera-se que o curso ministrado pela SCI no ano passado sobre análise de prestações de contas anuais possa contribuir para a celeridade das análises. O segundo risco está relacionado a dificuldade de contato com os representantes da agremiações para que eventuais erros sejam sanados. Acreditamos que a recente publicação de resolução específica sobre reembolso de despesas com atos processuais tenha força para minimizar este problema.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixJud1	125	256		
FNJud1º	77	1.604		
FPJud1º	1.465	1.417		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	EO 02 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU)					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade dos feitos eleitorais							
O QUE MEDE	A relação entre os feitos judiciais baixados, novos e pendentes de julgamento, no âmbito do 2º grau de jurisdição.							
COMO MEDIR	Total de feitos judiciais baixados no 2º grau no período base (TJud2º), dividido pelo total de feitos judiciais novos (FNJud2º) acrescido ao total de feitos judiciais pendentes de julgamento (FPJud2º), subtraído de 1. $TCJud2º = \{1 - [(TJud2º / (FNJud2º + FPJud2º))]\} \times 100$				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
					QUANDO MEDIR:	Trimestralmente		
QUEM MEDE	Secretaria Judiciária (SJD)							
QUEM ANALISA	Secretaria Judiciária (SJD)							
META	Reduzir a taxa de congestionamento de feitos judiciais no 2º grau para 15%, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto menor, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP			
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	79,40%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/14	89,85%	19,50%
Meta 2014	15,00%					2º TRIM/14	83,09%	18,00%
						3º TRIM/14		16,50%
						4º TRIM/14		15,00%
Histórico								
2011	11,12%							
2012	38,02%							
2013	68,82%							

1) Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior; • Processos arquivados definitivamente; • Processos suspensos/sobrestados; e • Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

2) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.

3) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.

4) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.

5) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).

6) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Ação Cautelar; • Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; • Ação de Investigação Judicial Eleitoral;
- Ação Penal Eleitoral; • Ação Rescisória; • Apuração de Eleição; • Conflito de Competência;
- Embargos à Execução; • Exceções; • Habeas Corpus; • Habeas Data; • Mandado de Injunção;
- Mandado de Segurança; • Pedido de Desaforamento; • Petição; • Prestação de Contas;
- Reclamação; • Recurso contra Expedição de Diploma; • Recurso Eleitoral; • Recurso Criminal;
- Recurso em Habeas Corpus; • Recurso em Habeas Data; • Recurso em Mandado de Injunção;
- Recurso em Mandado de Segurança; • Registro de Candidatura; • Representação; • Revisão Criminal; e
- Suspensão de Segurança/Liminar.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		EO 02 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU)

Análise de desempenho (2º trimestre):

A taxa de congestionamento dos feitos judiciais (2.º grau) ficou em 83,09% no segundo trimestre de 2014, uma melhora de desempenho em relação ao primeiro trimestre, que foi de 89,85%. Houve um grande aumento do número de processos baixados, que cresceu 41%. Acredita-se que a implementação do projeto de delegação da prática de atos processuais ordinatórios para a Secretaria Judiciária tenha contribuído para a melhora do indicador, que ainda continua muito acima da meta estipulada em 18% para o período. Como já comentado na análise do primeiro trimestre, em dezembro de 2013 havia um estoque de 987 processos, em abril corrente este número caiu para 354 e ao final deste último trimestre tivemos 220 processos tramitando sem decisão, dado que ainda não está sendo retratado pelos relatórios utilizados na medição deste indicador, uma vez que o projeto "Padronização de registro de feitos eleitorais no SADP", que envolve cerca de 40 relatórios, está em fase de execução. Espera-se que tais relatórios estejam concluídos no próximo trimestre.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixJud2º	100	141		
FNJud2º	372	185		
FPJud2º	613	649		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	EO 03 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)					
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade dos feitos eleitorais						
O QUE MEDE		A relação entre os feitos administrativos baixados, novos e pendentes de julgamento, no âmbito do 1º grau de jurisdição.						
COMO MEDIR		Total de feitos administrativos baixados no 1º grau no período base (T BaixAdm1º), dividido pelo total de feitos administrativos novos (FNAdm1º) acrescido ao total de feitos administrativos pendentes de julgamento (FPAdm1º), subtraído de 1. $TCAdm1º = \{1 - [(T\text{BaixAdm}1º / (FNAdm1º + FPAdm1º))]\} \times 100$				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente	
QUEM MEDE		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)						
QUEM ANALISA		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)						
META		Reduzir a taxa de congestionamento de feitos administrativos no 1º grau para 30%, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto menor, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP		
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	43,38%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/14	65,08%	30,00%
Meta 2014	30,00%					2º TRIM/14	51,29%	30,00%
Histórico						3º TRIM/14		30,00%
2011	NM					4º TRIM/14		30,00%
2012	NM					Resultado 2014	43,38%	
2013	11,04%	Meta 2014	30,00%					

1) Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior;
- Processos arquivados definitivamente;
- Processos suspensos/sobrestados; e
- Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

2) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.

3) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.

4) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

5) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).

6) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Cancelamento de Inscrição Eleitoral - CIE
- Composição de Mesa Receptora - CMR
- Direitos Políticos - DP
- Duplicidade/Pluralidade de Inscrições (coincidências) - DPI
- Filiação Partidária - FP
- Impugnação à Composição da Junta Eleitoral - ICJE
- Impugnação perante as Juntas Eleitorais - IpJE
- Recurso/Impugnação de Alistamento Eleitoral - RIAE
- Registro de Comitê Financeiro - RCF
- Registro de Debates - RD
- Registro de Pesquisas Eleitorais - RPE
- Regularização de Situação do Eleitor – RSE

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		EO 03 - TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)

Análise de Desempenho (2º trimestre):

No trimestre em análise ocorreu melhora no índice em comparação ao período anterior, porém ainda não foi atingida a meta estabelecida. No período entraram numerosos processos de filiação partidária por conta das duplicidades apontadas no processamento de abril. Contudo, estes processos têm sua tramitação célere e regulamentado em prazos curtos para sua decisão, com isso, a grande maioria já teve decisão e está sendo finalizado. Assim, o volume maior não teve maior impacto na meta. Temos que acompanhar o andamento destes processos para verificar o impacto no próximo trimestre uma vez que haverá outro período de processamento de listas de filiados. Pensamos que o número de processos de filiação partidária será reduzido uma vez que a nova legislação eleitoral reduziu a possibilidade de casos de duplicidade de filiações partidárias.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixAdm	374	999		
FNAadm1º	216	1354		
FPAadm1º	855	697		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																				
		INDICADOR:	EO 04 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)																			
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantir a agilidade dos feitos eleitorais																				
O QUE MEDE		O percentual de feitos judiciais baixados com prazo de tramitação de até um ano, em relação ao total de feitos judiciais baixados no período base, no âmbito do 1º grau de jurisdição.																				
COMO MEDIR		Total de feitos judiciais baixados no 1º grau com prazo de tramitação de até um ano (T _{BaixJud<1ano1º}), dividido pelo total de feitos judiciais baixados no 1º grau no período base (T _{BaixJud1º}). IndAgJud1º = (T _{BaixJud<1ano1º} / T _{BaixJud1º}) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual															
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente															
QUEM MEDE		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)																				
QUEM ANALISA		Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)																				
META		Alcançar 100% de feitos judiciais baixados com prazo de tramitação de até um ano, em 1º grau, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP															
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º TRIM/14</td> <td>81,60%</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>2º TRIM/14</td> <td>3,91%</td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>3º TRIM/14</td> <td></td> <td>100,00%</td> </tr> <tr> <td>4º TRIM/14</td> <td></td> <td>100,00%</td> </tr> </tbody> </table>					Realizado	Meta	1º TRIM/14	81,60%	100,00%	2º TRIM/14	3,91%	100,00%	3º TRIM/14		100,00%	4º TRIM/14		100,00%		
	Realizado					Meta																
1º TRIM/14	81,60%					100,00%																
2º TRIM/14	3,91%					100,00%																
3º TRIM/14						100,00%																
4º TRIM/14						100,00%																
Resultado 2014	29,40%																					
Metas Anuais																						
Meta 2014	100,00%																					
Histórico																						
2011	29,69%																					
2012	96,18%																					
2013	96,49%																					

- 1) O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de autuação do processo até o momento da baixa.
- 2) Consideram-se baixados:
 - Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
 - Processos remetidos para instância superior;
 - Processos arquivados definitivamente;
 - Processos suspensos/sobrestados; e
 - Processos apensados, desde que não continuem tramitando.
- 3) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.
- 4) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.
- 5) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.
- 6) Havendo a remessa de um processo de um Juízo Eleitoral de 1º grau para outro, tal processo não será considerado baixado para o Juízo que o remeter, nem como caso novo para o Juízo que o receber. Nessa circunstância, ele só será considerado como baixado no Juízo que o recebeu quando se enquadrar numa das hipóteses da observação acima.
- 7) Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.
- 8) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração e pedidos de reconsideração) e os recursos externos (recurso eleitoral).
- 9) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:
 - Ação cautelar; • Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; • Ação de Investigação Judicial Eleitoral;
 - Ação Penal; • Apuração de Eleição; • Embargos à Execução; • Exceção; • Habeas Corpus;
 - Habeas Data; • Mandado de Segurança; • Petição de natureza judicial; • Prestação de Contas;
 - Registro de Candidaturas; e • Representação.

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral
do Rio de Janeiro

INDICADOR:

EO 04 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)

Análise de Desempenho (2º trimestre):

Neste segundo período de medição o resultado foi muito abaixo do esperado. Isto porque mesmo tendo dobrado o quantitativo de processos baixados tal crescimento está vinculado a processos antigos que tiveram seu término de cumprimento no trimestre. Assim, reduziu-se o estoque de anos anteriores, mas o total de processos baixados dentro de um ano não foi compatível com a meta almejada. Deve-se monitorar os próximos meses para identificar se trata-se de uma tendência ou apenas algo pontual.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixJud<1anc	102	10		
TBaixJud1º	125	256		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	EO 05 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU)					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade dos feitos eleitorais							
O QUE MEDE	O percentual de feitos judiciais baixados com prazo de tramitação de até um ano, em relação ao total de feitos judiciais baixados no período base, no âmbito do 2º grau de jurisdição.							
COMO MEDIR	Total de feitos judiciais baixados no 2º grau com prazo de tramitação de até um ano (T _{BaixJud<1ano2º}), dividido pelo total de feitos judiciais baixados no 2º grau no período base (T _{BaixJud2º}). IndAgJud2º = (T _{BaixJud<1ano2º} / T _{BaixJud2º}) x 100	UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual					
		QUANDO MEDIR:	Trimestralmente					
QUEM MEDE	Secretaria Judiciária (SJD)							
QUEM ANALISA	Secretaria Judiciária (SJD)							
META	Alcançar 80% de feitos judiciais baixados com prazo de tramitação de até um ano, em 2º grau, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP			
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	48,13%					Realizado		Meta
Metas Anuais						1º TRIM/14	44%	80,00%
Meta 2014	80,00%					2º TRIM/14	51,06%	80,00%
Histórico						3º TRIM/14		80,00%
2011	87,59%					4º TRIM/14		80,00%
2012	73,50%					Resultado 2014	48,13%	
2013	71,55%	Meta 2014	80,00%					

-
- 1) Apesar da situação inicial ser maior do que a meta prevista, nos anos de 2010 e 2011 a Secretaria Judiciária tinha processos julgados no estoque, o que acarretou a distorção dos dados medidos.
- 2) O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de autuação do processo até o momento da baixa.
- 3) Consideram-se baixados:
- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
 - Processos remetidos para instância superior;
 - Processos arquivados definitivamente;
 - Processos suspensos/sobrestados; e
 - Processos apensados, desde que não continuem tramitando.
- 4) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.
- 5) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.
- 6) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.
- 7) Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.
- 8) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).
- 9) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:
- Ação cautelar; • Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; • Ação de Investigação Judicial Eleitoral;
 - Ação Penal Eleitoral; • Ação Rescisória; • Apuração de Eleição; • Conflito de Competência;
 - Exceções; • Embargos à Execução; • Habeas Corpus; • Habeas Data; • Mandado de Injunção;
 - Mandado de Segurança; • Pedido de Desaforamento; • Petição; • Prestação de Contas;
 - Reclamação; • Recurso contra Expedição de Diploma; • Recurso Eleitoral; • Recurso Criminal;
 - Recurso em Habeas Corpus; • Recurso em Habeas Data; • Recurso em Mandado de Injunção;
 - Recurso em Mandado de Segurança; • Registro de Candidatura; • Representação; • Revisão Criminal; e
 - Suspensão de Segurança/Liminar

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		EO 05 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (2º GRAU)

Análise de desempenho (2º trimestre):

O índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais (2.º grau) ficou em 51%, demonstrando um aumento em relação ao 1º trimestre, que foi de 44% e revertendo uma tendência histórica de quedas consecutivas. Houve um crescimento expressivo no número de processos baixados, que passou de 100 para 141, revelando um incremento de 41%. O número de processos baixados há menos de 1 ano acompanhou a inclinação de queda, saltando de 44 para 72, com crescimento de 63%. Acredita-se que a implementação do projeto de delegação da prática de atos processuais ordinatórios para a Secretaria Judiciária tenha contribuído para a melhora do indicador, que ainda continua abaixo da meta estipulada em 80% para o período. Como já comentado na análise do primeiro trimestre, em dezembro de 2013 havia um estoque de 987 processos, em abril corrente este número caiu para 354 e ao final deste último trimestre tivemos 220 processos tramitando sem decisão, dado que ainda não está sendo retratado pelos relatórios utilizados na medição deste indicador, uma vez que o projeto "Padronização de registro de feitos eleitorais no SADP", que envolve cerca de 40 relatórios, está em fase de execução. Espera-se que tais relatórios estejam concluídos no próximo trimestre.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixJud<1ano2º	44	72		
TBaixJud2º	100	141		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	EO 06 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade dos feitos eleitorais							
O QUE MEDE	O percentual de feitos administrativos baixados com prazo de tramitação de até um ano, em relação ao total de feitos administrativos baixados no período base, no âmbito do 1º grau de jurisdição.							
COMO MEDIR	Total de feitos administrativos baixados no 1º grau com prazo de tramitação de até um ano (T BaixAdm<1ano1º), dividido pelo total de feitos administrativos baixados no 1º grau no período base (T BaixAdm1º). IndAgAdm1º = (T BaixAdm<1ano1º / T BaixAdm1º) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
					QUANDO MEDIR:	Trimestralmente		
QUEM MEDE	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)							
QUEM ANALISA	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)							
META	Alcançar 80% de feitos administrativos baixados em até um ano, em 1º grau, até 2014.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios extraídos do SADP	
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	95,99%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/14	87,43%	80%
Meta 2014	80,00%					2º TRIM/14	99,20%	80%
Histórico						3º TRIM/14		80%
2011	NM					4º TRIM/14		80%
2012	NM	Resultado 2014	95,99%					
2013	84,23%	Meta 2014	80,00%					

1) O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de autuação do processo até o momento da baixa.

2) Consideram-se baixados:

- Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes;
- Processos remetidos para instância superior;
- Processos arquivados definitivamente;
- Processos suspensos/sobrestados; e
- Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

3) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.

4) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.

5) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

6) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).

7) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Cancelamento de Inscrição Eleitoral - CIE; • Composição de Mesa Receptora - CMR; • Direitos Políticos - DP
- Duplicidade/Pluralidade de Inscrições (coincidências) - DPI; • Filiação Partidária - FP; • Impugnação à Composição da Junta Eleitoral - ICJE; • Impugnação perante as Juntas Eleitorais - IpJE; • Recurso/Impugnação de Alistamento Eleitoral - RIAE; • Registro de Comitê Financeiro - RCF; • Registro de Debates - RD; • Registro de Pesquisas Eleitorais - RPE
- Regularização de Situação do Eleitor – RSE

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional Eleitoral do
Rio de Janeiro

INDICADOR:

EO 06 - ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)

Análise de Desempenho (2º trimestre):

A agilidade dos feitos se manteve alta ainda pelas mesmas razões apontadas no trimestre anterior. Podemos perceber neste período uma melhora no índice que está relacionada aos processos de duplicidade de filiação partidárias visto que estes têm prazos reduzidos para sua finalização, inclusive, com data específica para que o magistrado decida. Assim, os processos tendem a não demorar mais do que um ano. Somado a isso, os processos administrativos que poderiam durar mais tempo não tiveram um crescimento elevado no período o que provoca a estabilização dos quantitativos.

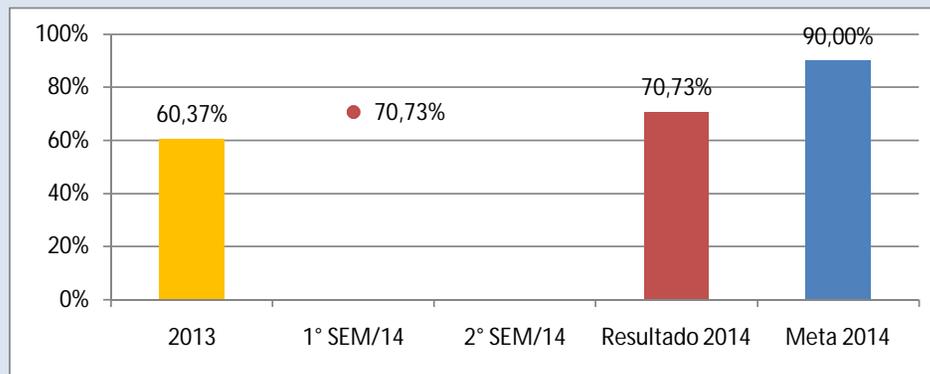
Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TBaixAdm<1ano1º	327	991		
TBaixAdm1º	374	999		

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Garantir a agilidade dos processos administrativos

EO 08 - Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços



Projetos Estratégicos

	Guia para pedidos de contratação de serviços e aquisições de materiais
	Sistema de Gestão de Compras
	Gestão Documental
	Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Garantir a agilidade dos processos administrativos

Análise de Desempenho

A análise do objetivo não foi realizada.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:	EO 08 - ÍNDICE DE AGILIDADE NA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a agilidade dos processos administrativos						
O QUE MEDE	O percentual de processos de aquisição de bens e serviços finalizados no tempo padrão, considerado o tempo decorrido entre a protocolização do pedido e o empenho da despesa correspondente.						
COMO MEDIR	Total de processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão (TPAqBensServFP), dividido pelo total de processos de aquisição de bens e serviços finalizados no período base (TPAqBensServF), multiplicado por cem. APABS = (TPAqBensServFP / TPAqBensServF) x 100	UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual				
		QUANDO MEDIR:	Semestralmente				
QUEM MEDE	Secretaria de Administração (SAD)						
QUEM ANALISA	Secretaria de Administração (SAD)						
META	Alcançar 90% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Registros da unidade responsável pela medição.		
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	70,73%				Realizado	Meta	
Metas Anuais					1º SEM/14	70,73%	90,00%
Meta 2014	90,00%				2º SEM/14		90,00%
Histórico							
2011	ND						
2012	ND						
2013	60,37%						
<p>1) Para prazo padrão, considerar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 120 dias úteis para concurso e concorrências dos tipos empreitada, integral, técnicas ou técnica e preço; • 105 dias úteis para demais concorrências e tomadas de preço dos tipos técnica e técnica e preço; • 60 dias úteis para demais tomadas de preço; • 60 dias úteis para convite e pregão; • 15 dias úteis para dispensa, inclusive pelo valor, e inexigibilidade. <p>2) No decorrer do procedimento licitatório, sempre que for impetrado pedido de esclarecimento, recurso, impugnação ou outro ato de natureza similar, acrescer à contagem dos prazos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 20 dias úteis para concorrência e concurso; • 15 dias úteis para tomada de preço; • 10 dias úteis para carta convite e pregão; • 5 dias úteis para dispensa e inexigibilidade. <p>3) Será considerada para medição dos prazos a data da protocolização do pedido com o objeto devidamente especificado.</p> <p>4) No caso de licitações por registro de preços, será considerado o tempo entre a protocolização do pedido e a assinatura da Ata de Registro de Preços.</p> <p>5) Para os pedidos de contratação de serviços e aquisição de materiais cujos preços estejam registrados em Ata de Registro de Preços, deverão ser considerados os prazos estabelecidos para dispensa e inexigibilidade.</p>							

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES					
	INDICADOR:		EO 08 - ÍNDICE DE AGILIDADE NA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS			

O índice foi apurado a partir da análise dos 165 processos finalizados no primeiro semestre de 2014.

Para apuração, registrou-se o prazo compreendido entre a data em que o objeto a ser contratado foi considerado devidamente especificado e, nos termos definidos na ficha do indicador, a data final da contratação.

O índice geral alcançado pode ser desdobrado conforme a natureza do objeto contratado (aquisição de materiais ou contratação de serviços) e em relação às diversas formas de contratação, apresentando os resultados demonstrados na tabela abaixo.

	Materiais		Serviços		Total por modalidade	
	Nº de Processos	Índice de adequação à meta (%)	Nº de Processos	Índice de adequação à meta (%)	Nº de Processos	Índice de adequação à meta (%)
Dispensa de Licitação e Inexigibilidade	14	35,71	14	42,86	28	39,29
Aquisições e Contratações com Preço Registrado	80	87,5	21	91,48	101	88,12
Pregão	3	33,33	8	75	11	63,64
Pregão com Registro de Ata	12	33,33	10	40	22	36,36
Outras formas de contratação ("carona")	1	100	2	50	3	66,67
Índice Geral	110	73,64	55	65,45	165	70,91

Da análise dos dados apurados, verifica-se que tanto os processos de aquisições de materiais quanto os processos de contratação de serviços impactaram de forma negativa no alcance da meta estabelecida para o período. Entendemos que a principal causa para os desempenhos abaixo do desejado é a inadequação entre o quantitativo de servidores alocados nas unidades responsáveis pelas instruções destes processos e o necessário para o atendimento das demandas de aquisições e contratações, cujos volumes são bastante elevados.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	EO 08 - ÍNDICE DE AGILIDADE NA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Análise de Desempenho (1º Semestre):

Entre as iniciativas que podem influenciar positivamente a otimização dos processos de trabalho, destacam-se os seguintes projetos que pertencem ao conjunto de ações decorrentes do Desdobramento da Estratégia do Tribunal no âmbito desta Secretaria:

- a) "Sistema de Gerenciamento de Contratações", cujo produto será a implantação de uma ferramenta informatizada que será utilizada para sistematização das informações dos procedimentos de aquisição de materiais e contratações de serviços. Entre as funcionalidades da ferramenta, destaca-se a criação de um banco de especificações, do cadastro de fornecedores e emissão de relatórios que substituirão as diversas tabelas utilizadas atualmente como formas de controle.
- b) "Guia de Pedidos de Contratações de Serviços e Aquisições de Materiais", cujo escopo é a padronização de solicitações de contratações, visando a melhora da qualidade das especificações originais e a conseqüente agilização das rotinas de contratações.
- c) "Catálogo de Especificação de Materiais", cujo objetivo é o desenvolvimento de uma ferramenta informatizada que será disponibilizada para consulta aos setores solicitantes e demais unidades envolvidas nos processos de aquisições no momento da solicitação de aquisição.

Pelo histórico das medições, observa-se que o índice ora apurado é muito próximo à apuração realizada no primeiro semestre de 2013. A semelhança é resultado da não implementação de mudanças no processo de trabalho referente a contratações.

Como a implementação das iniciativas acima elencadas, não deve se iniciar antes do final do presente exercício, entendemos que não há como se ter expectativa de alcance de resultado superior ao atingido em 2013. Desta forma, talvez, o mais conveniente seria a revisão da meta estabelecida.

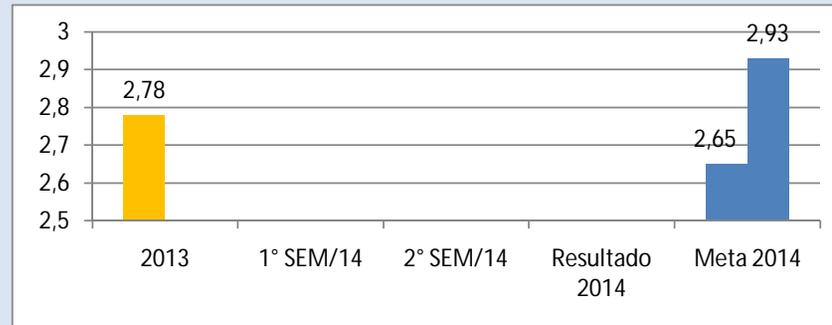
Variável - Empenhos		1 SEM/2014	2 SEM/2014
TPAqBensServFP		108	
TPAqBensServF		142	
Variável - Atas de RP		1 SEM/2014	2 SEM/2014
TPAqBensServFP		8	
TPAqBensServF		22	
Variável - Total		1 SEM/2014	2 SEM/2014
TPAqBensServFP		116	
TPAqBensServF		164	

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

EO 09 - Custo de manutenção da estrutura



Projetos Estratégicos

- Racionalização dos custos de manutenção - 2ª fase
- Revisão da Agenda Ambiental

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

Análise de Desempenho

A análise do objetivo não foi realizada.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES														
		INDICADOR:	EO 09 - CUSTO DE MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA													
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Buscar a excelência na gestão de custos operacionais														
O QUE MEDE		O custo de manutenção por eleitor do estado.														
COMO MEDIR		Somatórios dos custos de telefonia (CTelef), energia elétrica (CEnElet), água (CÁgua), combustíveis (CComb), serviços de limpeza (CLimp), segurança (CSegur), material de consumo (CMatCons), manutenção predial (CManutPred), locação (CLoc), manutenção de TI (CManutTI) e demais despesas de custeio (CustOutros), dividido pelo total de eleitores do Estado do Rio de Janeiro (TEI) CME = (CTelef + CEnElet + CÁgua + CComb + CLimp + CSegur + CMatCons + CManutPred + CLoc + CManutTI + CustOutros) / TEI				UNIDADE DE MEDIDA:	Moeda (R\$)									
						QUANDO MEDIR:	Semestralmente									
QUEM MEDE		Seção de Programação Financeira e Controle de Custos (SEPROG)														
QUEM ANALISA		Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)														
META		Manter o custo de manutenção por eleitor, com índice de variação de até 5%.	POLARIDADE DO INDICADOR	Pendular	FONTE DE DADOS	SIAFI ou sistema de controle de custos										
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º SEM/14</td> <td>NM</td> <td>[2,65;2,93]</td> </tr> <tr> <td>2º SEM/14</td> <td></td> <td>[2,65;2,93]</td> </tr> </tbody> </table>					Realizado	Meta	1º SEM/14	NM	[2,65;2,93]	2º SEM/14		[2,65;2,93]	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
	Realizado					Meta										
1º SEM/14	NM					[2,65;2,93]										
2º SEM/14						[2,65;2,93]										
Resultado 2014	NM															
Metas Anuais																
Meta 2014	[2,65;2,93]															
Histórico																
2011	R\$ 2,58															
2012	R\$ 3,58															
2013	R\$ 2,78															

- 1) O valor do custo de manutenção do ano anterior (eleitoral ou não eleitoral, conforme o caso) deve ser corrigido pelo valor do IPCA no momento da avaliação do indicador.
- 2) Entende-se por custo a despesa liquidada, mais os restos a pagar não processados liquidados, menos as despesas de exercícios anteriores.
- 3) O indicador considera o custo destinado às despesas ordinárias e às despesas de pleitos eleitorais.
- 4) A situação de 2010 resulta do seguinte cálculo: R\$ 26.735.355,19 (custo operacional 2010 - fonte SIAFI em 03/09/2013) / 11.556.465 (nº de eleitores do Estado do Rio de Janeiro - fonte site Internet TSE em 03/09/2013).
- 5) A situação de 2011 resulta do seguinte cálculo: R\$ 29.866.141,39 (custo operacional 2011 - fonte SIAFI em 03/09/2013) / 11.594.628 (nº de eleitores do Estado do Rio de Janeiro - fonte site Internet TSE em 03/09/2013).

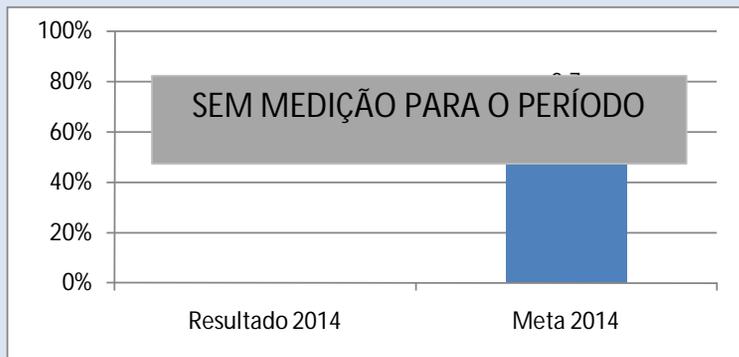
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	EO 09 - CUSTO DE MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA
Análise de desempenho (1º semestre): A análise do indicador não foi realizada.		

Monitoramento de Objetivo Estratégico

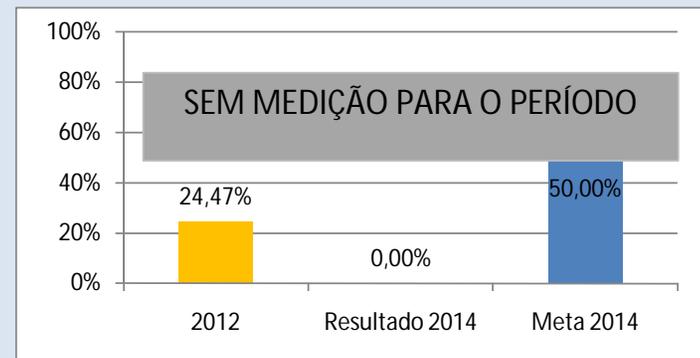
Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Aprimorar o processo eleitoral

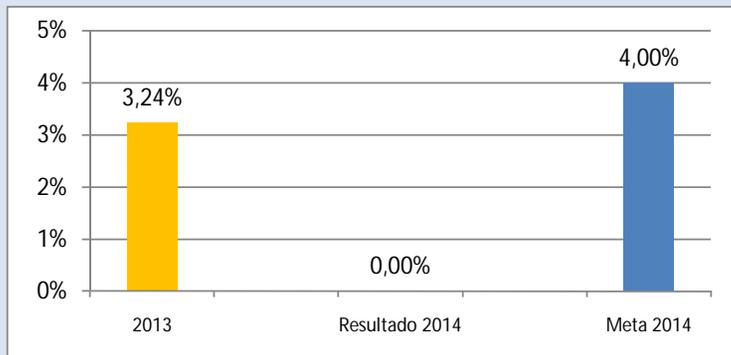
EO 10 - Percentual de implementação de planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições



EO 12 - Percentual de mesários voluntários



EO 11 - Percentual de eleitores com cadastro biométrico



Projetos Estratégicos

Planejamento das eleições 2014
Otimização do Sistema PIE - Plano Integrado das Eleições
Cadastramento Biométrico de Eleitores
Mesário Voluntário 2014

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Eficiência Operacional



Objetivo: Aprimorar o processo eleitoral

Análise de Desempenho

A análise do objetivo não foi realizada.

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Acesso

Objetivos Estratégicos:

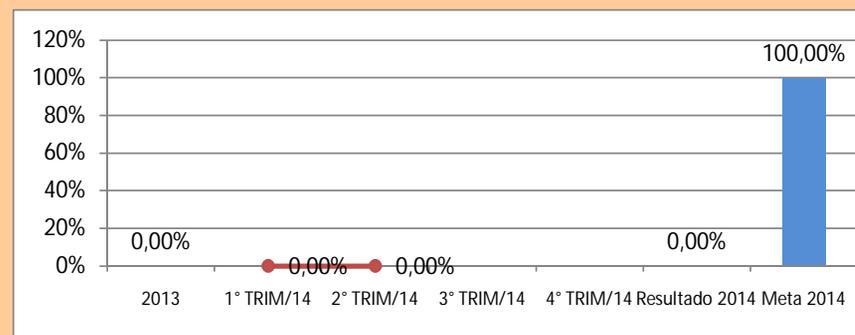
Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral

Monitoramento de Objetivo Estratégico

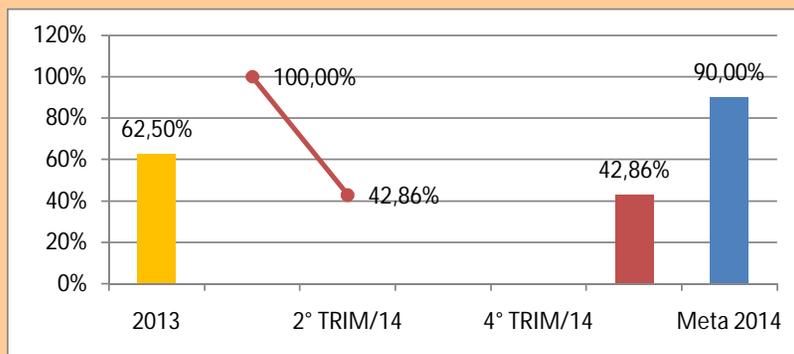
Tema: Acesso

Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral

ACE 01 - Índice de acesso à Justiça



ACE 02 - Índice de atendimento às demandas de ações de acesso



Projetos Estratégicos

<input checked="" type="checkbox"/>	Ampliação da Carta de Serviços do TRE-RJ
<input checked="" type="checkbox"/>	Justiça Eleitoral Itinerante
<input checked="" type="checkbox"/>	Sistematização do Programa TRE vai à Escola
<input checked="" type="checkbox"/>	Programa TRE vai à Escola
<input checked="" type="checkbox"/>	Programa TRE Cidadão

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Acesso



Objetivo: Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral

Análise de Desempenho

A análise do objetivo não foi realizada.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES							
		INDICADOR:	ACE 01 - ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA						
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral							
O QUE MEDE		O percentual de municípios que não são sede de zona eleitoral, atendidos por meio da justiça itinerante ou de estrutura física temporária.							
COMO MEDIR		Quantitativo de municípios sem sede de zona eleitoral atendidos (por meio da justiça itinerante ou de estrutura física temporária) (QMunAt), dividido pelo total de municípios que não são sede de zona eleitoral (TotMunSemSede), multiplicado por cem. AJ = (QMunAt/TotMunSemSede) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
						QUANDO MEDIR:	Trimestralmente		
QUEM MEDE		Assessoria Administrativa da Presidência (ASAPPRE)							
QUEM ANALISA		Assessoria Administrativa da Presidência (ASAPPRE)							
META		Aumentar para 100% os municípios atendidos, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relação de municípios que não sejam sede de zona eleitoral e controle de postos de atendimento e cronograma de atividades da Justiça Eleitoral itinerante (levantamento de ações realizadas).		
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR			
Resultado 2014	0%					Realizado		Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/14		0% 40%	
Meta 2014						2º TRIM/14		0% 60%	
Histórico						3º TRIM/14		0% 80%	
						4º TRIM/14		0% 100%	
2011	0%								
2012	0%								
2013	0%								
<p>1) A situação inicial corresponde a 92 municípios no Estado do RJ e 13 municípios que não dispõem de sede de ZE ou posto de atendimento (Pinheiral, Aperibé, Comendador Levy Gasparian, Varre-Sai, Paty do Alferes, Macuco, São José de Ubá, Cardoso Moreira, Tanguá, Areal, Quatis, Itatiaia, Carapebus).</p> <p>2) A meta de 2014 corresponde à cumulatividade de atendimentos no biênio 2013/2014.</p> <p>3) Considerando que a forma de medição do indicador difere da estabelecida no Plano Estratégico da Justiça Eleitoral, o resultado a ser comunicado deve corresponder ao quantitativo de municípios atendidos (aonde a Justiça Eleitoral chega de alguma forma, seja por justiça itinerante ou estrutura física) em relação ao total de municípios do Estado.</p>									

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		ACE 01 - ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA

Análise de Desempenho (2º trimestre):

Segundo os dados, o índice de acesso à Justiça, considerando a efetiva realização de ações da Justiça Eleitoral Itinerante, foi nula. A apuração é baseada no não recebimento por esta Presidência de relatório da SAD e da STI, elencando realização de ações efetivamente adotadas pela Justiça Itinerante, conforme solicitado no Memorando GP nº 15/2014. O resultado advém das dificuldades enfrentadas por este Regional no atendimento de eleitores em município não-sede de zona eleitoral pela Justiça Itinerante, em razão de a tecnologia disponível hoje não viabilizar a instalação de link, condição *sine qua non* para realização efetiva do atendimento itinerante. Além disso, o fechamento do cadastro ocorreu no início do mês de maio, a partir de quando não seria mais viável realizar amplo atendimento ao eleitor. A repetição do resultado do trimestre anterior, e a falta de perspectiva em adequar a tecnologia hoje disponível neste Regional com as necessárias para instação do link nos Municípios não-sede de zona eleitoral, sugere completa mudança nos indicadores de acesso à Justiça, sob risco de resultado sempre nulo. Vale acrescentar que o TSE editou Resolução nº 23.422 de 2014, que estabelece normas para criação e instalação de zonas eleitorais, prevendo a possibilidade de 1 zona eleitoral abranger 5 municípios, condição que leva a entender que o acesso à Justiça não é fidedignamente avaliado apenas pelo atendimento a Municípios não-sede de zona eleitoral.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
QMunAt	0	0		
TotMunSemSede	13	13		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	ACE 02 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE AÇÕES DE ACESSO					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral							
O QUE MEDE	O percentual de solicitações de ações de acesso atendidas.							
COMO MEDIR	Total de solicitações de ações de acesso atendidas no período base (TSolAcAt), dividido pelo total de ações de acesso demandadas para realização no período base (TSolAc), multiplicado por cem. ADAA = (TSolAcAt / TSolAc) x 100 (Indicador cumulativo)				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
					QUANDO MEDIR:	Trimestralmente		
QUEM MEDE	Assessoria Administrativa da Presidência (ASAPRE) e Escola Judiciária Eleitoral (EJE)							
QUEM ANALISA	Assessoria Administrativa da Presidência (ASAPRE) e Escola Judiciária Eleitoral (EJE)							
META	Atender 90% das demandas de ações de acesso, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Controles sobre as solicitações de ações de acesso.			
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	42,86%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/14	100,00%	90%
Meta 2014	90,00%					2º TRIM/14	42,86%	90%
Histórico						3º TRIM/14		90%
2011	NM					4º TRIM/14		90%
2012	NM					Resultado 2014	42,86%	
2013	62,50%	Meta 2014	90,00%					
<p>1) São consideradas “ações de acesso” as ações da Justiça Eleitoral Itinerante, dos Programas TRE Cidadão e TRE vai à Escola e do Programa Eleitor do Futuro, quando direcionadas a estudantes do segmento EJA (Educação para Jovens e Adultos), e outras ações que tenham por objetivo orientar e facilitar o acesso aos serviços prestados pelo TRE-RJ.</p> <p>2) As solicitações de ações de acesso para atendimento em período base (trimestre) diferente daquele em que foram recebidas pelo TRE deverão ser computadas apenas na medição do período base referente à data para a qual o atendimento está sendo requerido e/ou programado.</p> <p>3) Devem ser excluídas do indicador as solicitações de acesso não legitimadas em norma ou instrução aplicável às ações de acesso da Justiça Eleitoral fluminense.</p>								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		ACE 02 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE AÇÕES DE ACESSO

Análise de Desempenho (2º trimestre):

Justiça Eleitoral Itinerante: 0
 Programa TRE vai à Escola: nenhum atendimento de 4 solicitações
 Programa Eleitor do Futuro (EJA): 1 atendimento de 1 solicitação
 Programa TRE Cidadão: solicitadas - 0 / atendidas - 0
 Outras ações: 2 atendimento de 2 solicitações
 TOTAL: 03 atendimentos de 7 solicitações

Com relação ao Programa TRE vai à Escola, foram solicitadas 4 (quatro) ações no segundo trimestre de 2014, por uma instituição de ensino de Niterói e outra de São Pedro da Aldeia. Duas destas ações, inicialmente, haviam sido agendadas para o primeiro trimestre, porém, a pedido da instituição, foram reagendadas para o segundo trimestre. Não houve êxito no atendimento das mesmas, em razão da falta de disponibilidade dos magistrados voluntários. O Programa Eleitor do Futuro, através de uma ação no município de Miguel Pereira, atendeu 78 estudantes do programa EJA - Educação para Jovens e Adultos. Não houve trâmite, nesta EJE, de pedido de ação pelo Programa TRE Cidadão. Cumpre informar que foram realizadas 2 (duas) ações sociais por parte da Juíza Eleitoral da 179ª ZE, Dra Flávia de Almeida Viveiros de Castro, cujo trâmite não se deu nesta Escola Judiciária e, portanto, não foi computada como ação do Programa TRE vai à Escola. Nota-se a ligação direta do desempenho do presente indicador com o desempenho do indicador GP06, que se refere ao índice de participação de magistrados. Uma vez que os magistrados, motivados em contribuir com a execução da estratégia, passem a integrar o banco de voluntários, menor será o índice de demandas de acesso não atendidas. Para isso, da mesma forma que pontuado na análise do citado indicador, urge a necessidade de realização de campanha institucional visando a participação dos magistrados, para o alcance das metas e do objetivo "motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia", sob pena de impacto relevante do referido objetivo e, conseqüentemente, da própria estratégia. Com o fim de contribuir para um melhor desempenho do indicador em análise, encontra-se em andamento o projeto de Reconhecimento do Trabalho Voluntário em Ações de Cidadania. Será proposto, ainda, um plano de comunicação junto aos magistrados já integrantes dos quadros da Justiça Eleitoral Fluminense, bem como junto aos que, por motivo de titularidade ou substituição, passarem a exercer a judicatura eleitoral.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TSolAcAt	0	3		
TSolAc	0	7		

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Responsabilidade Social e Ambiental

Objetivos Estratégicos:

Promover a responsabilidade ambiental

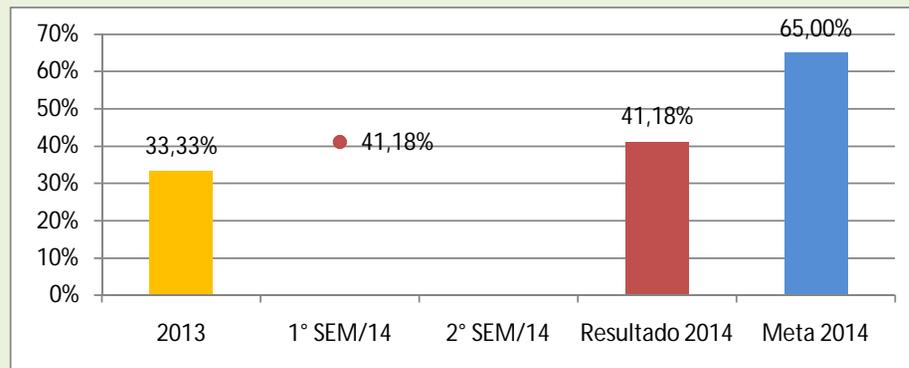
Fomentar o exercício da cidadania

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Responsabilidade Social e Ambiental

Objetivo: Promover a responsabilidade ambiental

RSA 01 - Índice de desempenho ambiental



Projetos Estratégicos

Revisão da Agenda Ambiental

Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis Para Contratações

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Responsabilidade Social e Ambiental



Objetivo: Promover a responsabilidade ambiental

Análise de Desempenho

O resultado alcançado pelo único indicador deste objetivo ficou abaixo da meta estabelecida para o primeiro semestre, entretanto é possível perceber uma sensível melhora em relação ao ano anterior (2013 - 33,33%). Considerando que este resultado reflete o desempenho dos objetivos e metas da Agenda Ambiental e que esta passou por um processo de revisão, tendo sua nova versão aprovada no início deste ano, o índice alcançado precisa ser relativizado, pois temos agora 17 indicadores e não mais 15, e 2 indicadores novos que ainda não estão sendo medidos. Destaca-se ainda que o percentual atingido, 41,18%, ainda não expressa o resultado de algumas ações estruturadas ao longo do primeiro semestre, mas que só poderão ter seus resultados mensuráveis a partir do segundo semestre, como por exemplo a implementação de sistemáticas de controle e monitoramento, por parte das unidades responsáveis, do consumo de copos descartáveis, papel, água e energia (implementadas em razão de planos de ação aprovados na RAE realizada em maio do corrente ano). A sinalização na cor vermelha não nos permite perder de vista a necessidade de ter atenção aos indicadores monitorados na Agenda Ambiental, pois embora tenha ocorrido uma sensível melhora, neste segundo semestre o período eleitoral nos coloca frente a uma tendência de aumento do consumo de diversos recursos. Destaca-se também a necessidade do direcionamento de esforços que auxiliem a conclusão do projeto estratégico de criação do "Guia de Compras e Contratações sustentáveis", uma vez que dependemos da implantação do referido guia para que tornemos operacionais dois novos indicadores inseridos na revisão da Agenda Ambiental, que incluiu um objetivo para promover as contratações de serviços e aquisições de bens com critérios sustentáveis, conforme recomendou o relatório de auditoria realizada pela Secretaria de Controle Interno e Auditoria deste Tribunal, em setembro de 2012.

Outro indicador que merece destaque é o de descarte ecologicamente correto de lâmpadas usadas, que provavelmente demandará contratação de empresa especializada, considerando a necessidade de descontaminação das lâmpadas para posterior descarte. É necessário ressaltar também que o indicador "índice de separação de resíduos sólidos" ainda se encontra sem medição, o que demonstra a necessidade premente de se buscar alternativas para torná-lo operacional, principalmente considerando que o mesmo existe desde 2011.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES													
		INDICADOR:		RSA 01 - ÍNDICE DE DESEMPENHO AMBIENTAL											
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Promover a responsabilidade ambiental													
O QUE MEDE		O percentual de metas estabelecidas na Agenda Ambiental com desempenho satisfatório.													
COMO MEDIR		Total de metas estabelecidas na Agenda Ambiental que alcançaram desempenho satisfatório no período (TMetDesSatAA), dividido pelo total de metas estabelecidas na Agenda Ambiental para o período (TMetAA), multiplicado por cem. DA = (TMetDesSatAA / TMetAA) x 100			UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual									
					QUANDO MEDIR:	Semestralmente									
QUEM MEDE		Equipe Ambiental													
QUEM ANALISA		Equipe Ambiental													
META		Alcançar 65% das metas estabelecidas, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de desempenho ambiental								
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º SEM/14</td> <td>41,18%</td> <td>60,00%</td> </tr> <tr> <td>2º SEM/14</td> <td></td> <td>65,00%</td> </tr> </tbody> </table>				Realizado	Meta	1º SEM/14	41,18%	60,00%	2º SEM/14		65,00%		
	Realizado				Meta										
1º SEM/14	41,18%				60,00%										
2º SEM/14					65,00%										
Resultado 2014	41,18%														
Metas Anuais															
Meta 2014	65,00%														
Histórico															
2011	53,00%														
2012	26,67%														
2013	33,33%														
Entende-se por desempenho satisfatório o atingimento mínimo de 90% do resultado estabelecido para a meta.															

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	RSA 01 - ÍNDICE DE DESEMPENHO AMBIENTAL

Análise de Desempenho (1º semestre):

Embora o indicador de desempenho ambiental esteja vermelho e não tenha atingido a meta de 60%, definida para o primeiro semestre, já percebemos uma sensível melhora em relação aos anos anteriores (2013 - 33,33% e 2012 - 26,67%). Vale ressaltar que o percentual atingido, 41,18%, ainda não expressa o resultado de algumas ações estruturadas ao longo do primeiro semestre, mas que só poderão ter seus resultados mensuráveis a partir do segundo semestre, como por exemplo as implementação de sistemáticas de controle e monitoramento por parte das unidades responsáveis do consumo de copos descartáveis, papel , água e energia. Estas sistemáticas resultaram de planos de ação apresentados na RAE realizada em maio deste ano, e destacam que serão definidas estratégias de atuação para vistoriar/tratar os maiores consumidores identificados. A publicação na intranet de relatórios de consumo onde os gestores poderão verificar o consumo de sua unidade e comparar com as demais possivelmente terá um efeito pedagógico de sensibilização para aqueles que se percebam dentre os consumidores mais expressivos, fato que tende a produzir uma redução, principalmente se o consumo era desnecessário ou gerado por desperdício. Essas ações são importantes porque o resultado do desempenho ambiental não se restringe ao tema "Responsabilidade Social e Ambiental", afetando também o resultado do indicador "buscar excelência na gestão de custos operacionais". A sinalização na cor amarela indica também que devemos ter atenção aos indicadores monitorados na Agenda Ambiental, pois embora possamos ter uma melhora no desempenho por conta das sistemáticas de monitoramento e controle citadas anteriormente, não podemos esquecer que neste segundo semestre lidaremos também com uma tendência de aumento do consumo de diversos recursos, peculiar do período eleitoral. Destaca-se também a necessidade do direcionamento de esforços que auxiliem a conclusão do projeto estratégico de criação do "Guia de Compras e Contratações sustentáveis", uma vez que dependemos da implantação do referido guia para que tornemos operacionais dois novos indicadores inseridos na revisão da Agenda Ambiental, que incluiu um objetivo para promover as contratações de serviços e aquisições de bens com critérios sustentáveis, conforme recomendou o relatório de auditoria realizada pela Secretaria de Controle Interno e Auditoria deste Tribunal, em setembro de 2012, além de ter promovido outros ajustes que se mostraram necessários durante o primeiro ciclo de execução da estratégia ambiental do TRE-RJ.

Outro indicador que merece destaque é o de descarte ecologicamente correto de lâmpadas usadas, que provavelmente demandará contratação de empresa especializada, considerando a necessidade de descontaminação das lâmpadas para posterior descarte. É necessário ressaltar também que o indicador "índice de separação de resíduos sólidos" ainda se encontra sem medição, o que demonstra a necessidade premente de se buscar alternativas para torná-lo operacional, principalmente considerando que o mesmo existe desde 2011.

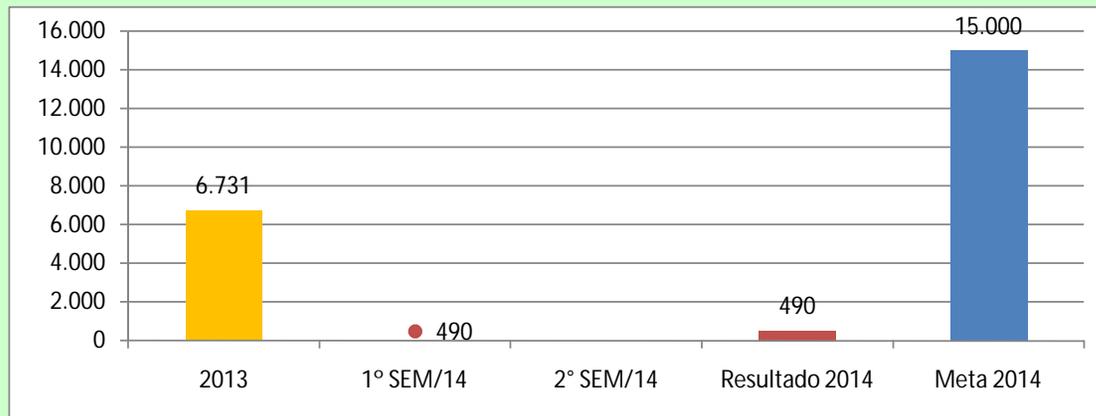
Variável	1 SEM/2014	2 SEM/2014
TMetDesSatAA	7	0
TMetAA	17	0

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Responsabilidade Social e Ambiental

Objetivo: Fomentar o exercício da cidadania

RSA 02 - Número de pessoas alcançadas pelos projetos sociais



Projetos Estratégicos

	Programa Eleitor do Futuro 2013-2014
	Programa TRE Vai à Escola
	Sistematização do Programa TRE vai à Escola
	Exposição "Dez Mitos sobre o Sistema Eleitoral Brasileiro"
	Memória Oral

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Responsabilidade Social e Ambiental

 Objetivo: Fomentar o exercício da cidadania

Análise de Desempenho

As ações voltadas para o fortalecimento da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão, como forma de contribuir para o desenvolvimento e a inclusão social, são realizadas pela Escola Judiciária Eleitoral, em razão do art. 1º da Resolução TRE nº 665/2007, que dispõe que uma das suas finalidades é a adoção de programas voltados para o caráter social da Justiça Eleitoral. Dessa forma, tem-se a descrição do objetivo estratégico "Fomentar o exercício da cidadania".

Desde a revisão do Plano Estratégico, que se deu através da Resolução TRE nº 832/2012, ficou estabelecida a meta de 13.000 pessoas beneficiadas pelos projetos sociais, até 2014. Ocorre que, na análise do indicador RSA, no 1º semestre de 2013, foi sugerida que a descrição da meta passasse a ser "atingir, no mínimo, 15.000 pessoas beneficiadas pelos projetos sociais até 2014" e que fosse considerada a meta mínima semestral de 3.750 pessoas, para evolução do indicador, e alteradas as metas anuais para 7.500 pessoas, em 2013 e 2014. Nesse sentido, o histórico do objetivo registra, em 2013, 6.731 pessoas alcançadas.

Atualmente, constata-se uma drástica redução do indicador, vez que no 1º semestre de 2014, só foram atingidas 405 das 3.750 pessoas constantes da meta semestral. As iniciativas relacionadas ao único indicador de desempenho do objetivo em análise tiveram péssimo desempenho, chegando uma delas, o Programa TRE vai à Escola 2013-2014, a ficar totalmente estagnada no semestre passado.

Conforme análises anteriores do indicador RSA, consideram-se relevantes fatores de impacto no alcance do objetivo: o Programa TRE vai à Escola deixou de atender às solicitações por falta de disponibilidade de magistrados; a ausência de divulgação dos projetos sociais em razão da priorização dos projetos acadêmicos da Escola Judiciária Eleitoral. Como forma de se buscar amenizar o péssimo resultado, foi encaminhado e-mail pelo Diretor da EJE a todos os juizes e promotores eleitorais, com o objetivo de apresentar a Escola e realizar convite para que interessados em contribuir com os projetos se manifestassem, a fim de compor banco de voluntários. O envio ocorreu em 19/05/2014 e até a presente data, não houve resposta positiva para o e-mail aje@tre-rj.jus.br. Apenas uma juíza entrou em contato por telefone para se colocar à disposição.

Na elaboração do Plano Geral do Projeto Eleitor do Futuro, foi identificado o risco "pouca demanda do público-alvo" para o qual foi registrada a resposta de mitigá-lo, com a ação de incrementar a divulgação, enfatizando que o programa é gratuito. A matriz probabilidade x impacto pontuou o risco em 12, com severidade muito alta. Concretamente, não foi possível realizar essa mitigação e a ocorrência de tal risco é responsável pelo atual resultado. É premente o tratamento rigoroso deste risco, o que demandará um plano de ação conjugando submissão de informação desta análise à autoridade superior e antecipação da entrega e consequente aprovação e implementação de outro projeto alinhado à estratégia, que trata da motivação necessária para a ampliação da equipe de voluntários (zonas, sede e magistrados).

Diz-se respeito ao projeto "Reconhecimento do Trabalho Voluntário em Ações de Cidadania", cuja entrega encontra-se prevista para dezembro/2014. Registra-se a ausência de andamento desse projeto, cujo risco "ocorrência de fato impeditivo à atuação dos integrantes das equipes", de severidade muito alta e que foi aceito, ocorreu, a despeito de o projeto encontrar-se dentro do prazo de entrega.

Em se tratando de ano eleitoral, não há como realizar o sugerido plano de ação, entretanto, se ficar garantida a implementação do produto do projeto do reconhecimento, vislumbra-se a possibilidade de recuperação do desempenho do indicador e alcance do presente objetivo, ainda que na vigência do próximo Plano Estratégico. Outro expediente que poderá ser adiantado, caso seja autorizado, é a remessa de material publicitário para as escolas, em especial, as particulares, e a propositura de termos de cooperação institucional com as Secretarias de Educação da cidade do Rio de Janeiro, das cidades nas quais há Zonas Eleitorais participantes e com a Secretaria Estadual de Educação, com o fim de indicação de escolas pelos respectivos órgãos e elaboração de calendário de ações visando os anos de 2015 e 2016.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																	
		INDICADOR:	RSA 02 - NÚMERO DE PESSOAS ALCANÇADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS																
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Fomentar o exercício da cidadania																	
O QUE MEDE		Mede o número de pessoas alcançadas por ações que tenham como foco o fortalecimento da consciência cidadã.																	
COMO MEDIR		Número de pessoas que participaram das ações sociais NPPAS=NPesParAçoSoc				UNIDADE DE MEDIDA:	Unidade (número de pessoas)												
						QUANDO MEDIR:	Semestralmente												
QUEM MEDE		Escola Judiciária Eleitoral (EJE)																	
QUEM ANALISA		Escola Judiciária Eleitoral (EJE)																	
META		Atingir, no mínimo 15.000 pessoas beneficiadas pelos projetos sociais, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório dos projetos													
Resultado no período		<table border="1"> <caption>Gráfico de Evolução do Indicador</caption> <thead> <tr> <th>Ano/Período</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2013</td> <td>6.731</td> </tr> <tr> <td>1º SEM/14</td> <td>490</td> </tr> <tr> <td>2º SEM/14</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Resultado 2014</td> <td>490</td> </tr> <tr> <td>Meta 2014</td> <td>15.000</td> </tr> </tbody> </table>				Ano/Período	Valor	2013	6.731	1º SEM/14	490	2º SEM/14	-	Resultado 2014	490	Meta 2014	15.000	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
Ano/Período	Valor																		
2013	6.731																		
1º SEM/14	490																		
2º SEM/14	-																		
Resultado 2014	490																		
Meta 2014	15.000																		
Resultado 2014	490		Realizado	Meta															
Metas Anuais		1º SEM/14	490	12.250															
Meta 2014	15.000	2º SEM/14		15.000															
Histórico																			
2011	9.228																		
2012	10.867																		
2013	6.731																		
<p>1) Projetos cujas ações serão consideradas na medição do indicador: * Ações do Programa Eleitor do Futuro; * Ações do Programa TRE vai à Escola.</p> <p>2) Outras ações que venham a ser criadas e que tenham por objetivo fomentar o exercício da cidadania.</p>																			

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	RSA 02 - NÚMERO DE PESSOAS ALCANÇADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS

Análise de Desempenho (1º semestre):
Dados:
TRE vai à Escola 1º semestre/2014: 0 estudante
Programa Eleitor do Futuro 1º semestre/2014: 405 estudantes
Outras ações: 85 estudantes
TOTAL: 490 pessoas alcançadas pelos projetos sociais

No primeiro semestre de 2014, não foram realizadas ações do Programa TRE vai à Escola. O Programa deixou de atender 2 (duas) instituições, com 2 ações em cada uma, por falta de disponibilidade de magistrados para o devido atendimento. Ocorreram duas ações voluntariamente realizadas pela Juíza da 179ª Z.E., Dra Flávia de Almeida Viveiros de Castro, não computadas como TRE vai à Escola, porque não tramitou nesta EJE. Nas duas ações, foram alcançados 85 estudantes. Foram realizadas apenas 05 (cinco) ações do Programa Eleitor do Futuro, nos municípios de Miguel Pereira, Itaperuna, São Fidélis e Macaé. Todas as ações foram realizadas pelas Zonas Eleitorais que já integram a equipe executora do projeto. Considera-se ação, cada atendimento em horário e data diversos, para segmentos de ensino diversos, ainda que na mesma instituição de ensino.

Em que pese a afirmativa, na última análise, de que ocorreria, no início de 2014, a divulgação dos Programas, com a indicação, no material informativo, de que as ações são gratuitas, o mesmo não foi realizado. Isso ocorreu em razão da priorização dos projetos acadêmicos da Escola Judiciária Eleitoral que, com déficit de 01 servidor, realizou a editoração e publicação da Revista Justiça Eleitoral em Debate e da Cartilha do Candidato, sobre propaganda eleitoral para as Eleições de 2014, que se encontra em fase de apreciação pela Presidência para posterior divulgação, caso autorizado. Foi realizado, ainda, o Seminário de Direito Eleitoral, sobre Registro de Candidatura. Encontra-se em elaboração a próxima edição da Revista Justiça Eleitoral em Debate, a publicação Suplemento da Lei das Eleições Comentada e do Código Eleitoral Comentado. Foi concluído o convênio com a EMARF (Escola da Magistratura Federal da 2ª Região), para realização de diversos eventos acadêmicos. Com este objetivo, encontram-se tramitando outros quatro convênios: com a ELERJ (Escola do Legislativo da ALERJ), com a UniRio, com a Universidade Federal Fluminense e com a Universidade Federal do Paraná. Diversas outras atividades encontram-se em andamento na EJE, como a realização, no final de julho, de uma exposição sobre os 50 anos do golpe militar, o planejamento de outro seminário de Direito Eleitoral, de curso de execução de multas eleitorais, através da Escola de Magistratura Federal do Paraná, entre outros. Releva-se destacar que, conforme assinalado na última análise, ocorreu o envio de e-mail a todas as Coordenadorias Regionais da Secretaria Estadual de Educação, apresentando o Programa Eleitor do Futuro e sugerindo sua inclusão em projetos pedagógicos de 2014. Não houve início de trâmite de proposta para termos de cooperação institucional com as Secretarias de Educação da cidade do Rio de Janeiro, das cidades nas quais há Zonas Eleitorais participantes e com a Secretaria Estadual de Educação, com o fim de indicação de escolas pelos respectivos órgãos e elaboração de calendário de ações para 2014. No momento, os links para inscrição nos projetos sociais do TRE encontram-se indisponíveis, sendo a seguinte mensagem exibida para os usuários na internet: "em razão da proximidade das Eleições Gerais 2014, as inscrições para a realização de ações educativas deste Projeto já foram encerradas. A agenda para o ano de 2015 será liberada a partir de novembro deste ano. Contamos com sua compreensão. Agradecemos o acesso e convidamos você para continuar navegando no portal e, assim, conhecer o trabalho da Escola Judiciária eleitoral do Rio de Janeiro". Encontra-se programado o atendimento de 1.911 alunos no segundo semestre, através da realização de 14 ações. Número bem maior que o realizado neste período de medição, porém, insuficiente para o alcance da meta. De acordo com o descrito acima, o objetivo estratégico medido pelo presente indicador foi severamente impactado, pois apresenta resultado semestral ínfimo, muito aquém do estabelecido na meta. As principais fontes de problema são identificadas como sendo a falta de divulgação dos projetos sociais e a ausência de parcerias junto aos órgãos públicos e entidades associadas relacionadas à educação. Há necessidade urgente de execução de atividades de mobilização e motivação dos servidores das Zonas Eleitorais e Unidades da Sede. No caso das Zonas Eleitorais, deve haver uma forte campanha junto aos locais de votação sediados em instituições públicas e particulares de ensino. Nesse sentido, será encaminhado e-mail para as Zonas Eleitorais de todo o Estado, enfatizando tal atividade mediante a exibição do banner do Programa Eleitor do Futuro no balcão, nas Zonas Eleitorais já integrantes do projeto. Em ambos os casos, a campanha deverá se dar no sentido de que as inscrições sejam realizadas a partir de novembro, visando a atuação no ano de 2015.

Variável	1 SEM/2014	2 SEM/2014
NPesParA	490	

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Atuação Institucional

Objetivos Estratégicos:

Aprimorar a comunicação com os públicos externos

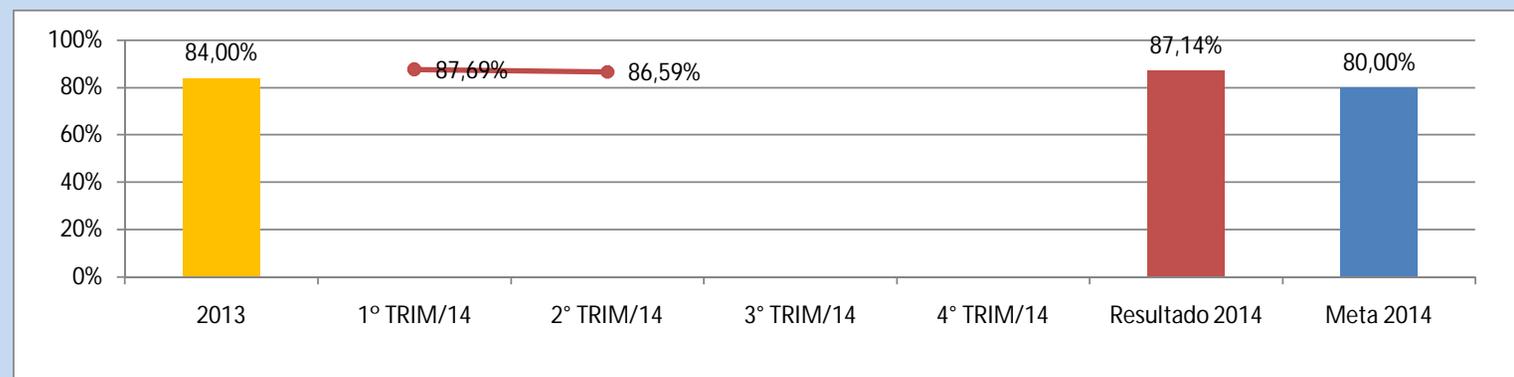
Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Atuação Institucional

Objetivo Aprimorar a comunicação com os públicos externos

AI 01 - Índice de satisfação dos usuários da internet



AI 02 - Índice de inserções positivas na mídia



Projetos Estratégicos

	Desenvolvimento e implementação da Política de Comunicação do TRE-RJ
	Plano Diretor de Comunicação do TRE-RJ
	Comitê Gestor do Portal
	TV Corporativa

Monitoramento de Objetivo Estratégico

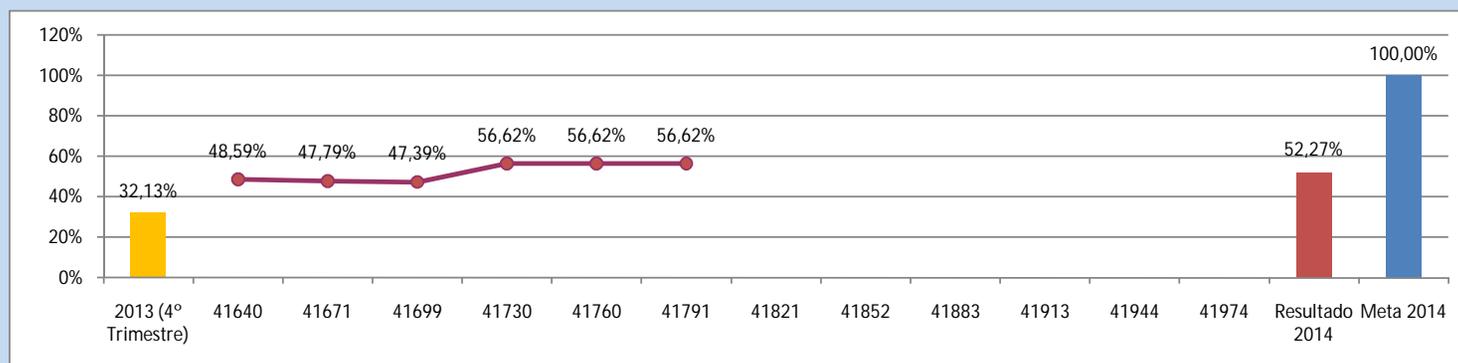
Tema: Atuação Institucional



Objetivo Aprimorar a comunicação com os públicos externos



AI 03 - Disponibilização de sentenças na Internet pelas Zonas Eleitorais



Projetos Estratégicos

Desenvolvimento e implementação da Política de Comunicação do TRE-RJ
Plano Diretor de Comunicação do TRE-RJ
Comitê Gestor do Portal
TV Corporativa

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Atuação Institucional



Objetivo Aprimorar a comunicação com os públicos externos

Análise de Desempenho

A análise do objetivo não foi realizada.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	AI 01 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA INTERNET					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Aprimorar a comunicação com os públicos externos							
O QUE MEDE	A percepção dos usuários que acessam a Internet em relação às informações e aos serviços disponíveis no sítio eletrônico do TRE-RJ.							
COMO MEDIR	Total de usuários satisfeitos (TUSat), dividido pelo número total de usuários respondentes (TResp), multiplicado por cem. SU = (TUSat/TUResp) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
					QUANDO MEDIR:	Trimestralmente		
QUEM MEDE	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)							
QUEM ANALISA	Seção de Administração Intranet/Internet (SEINTE)							
META	Atingir 80% de usuários satisfeitos, até 2014.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório da Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo	
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	87,14%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º TRIM/14	87,69%	76,25%
Meta 2014	80%					2º TRIM/14	86,59%	77,50%
Histórico						3º TRIM/14		78,75%
2011	NM	4º TRIM/14		80,00%				
2012	72%	Resultado 2014	87,14%					
2013	84%	Meta 2014	80%					
<p>1) Os quesitos a serem medidos serão avaliados pelos clientes com base nos seguintes critérios: "péssimo", "ruim", "bom" e "ótimo".</p> <p>2) Serão considerados usuários satisfeitos aqueles que responderem "bom" ou "ótimo" à pergunta "Como você avalia a sua visita?".</p>								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES		
	INDICADOR:		AI 01 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA INTERNET

Análise de Desempenho (2º trimestre)

O resultado de 87% de usuários satisfeitos alcançado no segundo trimestre praticamente manteve o índice de satisfação alcançado no primeiro trimestre continuando acima da meta para 2014, e conforme já foi dito anteriormente por estarmos em ano eleitoral esse dado é muito positivo.

A nova classificação utilizada facilitou a análise do índice conforme o previsto e deve ser mantida.

Em algumas situações temos a informação que o usuário achou o que estava buscando e que foi fácil encontrar, mas mesmo assim classificou sua experiência no site como ruim ou péssima, precisamos alterar o formulário para que quando essa situação ocorra novamente o usuário seja obrigado a informar o motivo dessa classificação para nos ajudar no aprimoramento do site.

Os serviços que os usuários reclamaram:

- Serviços Judiciais com 24,29%, problemas para emitir certidões e consultas no Acompanhamento Processual lideram as queixas dos usuários;
- Informações sobre o título com 22,86%, mas em quase a metade dessas reclamações o usuário encontrou a informação que buscava e foi fácil;
- Informações sobre as Eleições com 18,57%, a maior parte das queixas se referem a estatísticas de eleitores, das zonas, das seções e dos locais de votação;
- Endereços e Telefones da SEDE e ZONAS com 14,29%;
- Legislação e Jurisprudência com 5,71%;
- Informações sobre Concursos e Estágios com 5,71%, classificação, convocação e realização de próximo concurso;
- Notícias do TRE-RJ com 4,29%, o eleitor busca muito notícias sobre processos de afastamento e cassação de mandatos;
- Transparência, Partidos Políticos e Outros Motivos com 1,43% cada um.

Variável	TRIM1	TRIM2	TRIM3	TRIM4
TUSat	627	452	0	0
TUResp	715	522	0	0

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES												
		INDICADOR:	AI 02 - ÍNDICE DE INSERÇÕES POSITIVAS NA MÍDIA											
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Aprimorar a comunicação com os públicos externos												
O QUE MEDE		O percentual de matérias institucionais positivas veiculadas na mídia.												
COMO MEDIR		Total de matérias positivas veiculadas na mídia sobre o TRE-RJ (TMatPos), dividido pelo total de matérias veiculadas na mídia sobre o TRE-RJ (TMat), multiplicado por cem. IPM = (TMatPos / TMat) x 100									UNIDADE DE MEDIDA:		Percentual	
											QUANDO MEDIR:		Mensalmente	
QUEM MEDE		Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)												
QUEM ANALISA		Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)												
META		Manter em 95% o índice de inserções positivas na mídia, anualmente.						POLARIDADE DO INDICADOR		Quanto maior, melhor		FONTE DE DADOS	Relatório de controle de matérias institucionais	
EVOLUÇÃO DO INDICADOR			jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14
		REALIZADO	98,17%	94,87%	98,90%	95,31%	96,80%	86,36%						
		META	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%
Resultado no período														
Resultado 2014		95,07%												
Metas Anuais														
Meta 2014		95,00%												
Histórico														
2011		97,32%												
2012		97,71%												
2013		94,89%												
		<p>1) A exposição na mídia é considerada potencialmente positiva, assim, matérias positivas incluem matérias neutras sobre o TRE-RJ.</p> <p>2) O indicador avalia as inserções na mídia impressa, radiofônica, televisiva e digital.</p>												

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	AI 02 - ÍNDICE DE INSERÇÕES POSITIVAS NA MÍDIA

Análise de Desempenho (2º trimestre):

Segundo os dados, os índices de inserção positiva na mídia no segundo trimestre do ano de 2014 alcançaram a média de 92,82%. O ápice de resultado foi alcançado no mês de maio, com 96,80%. Com esses números, afere-se que o objetivo estratégico vinculado a esse indicador, que é aprimorar a comunicação com os públicos externos, tem sido alcançado. Os resultados mostram que três ações do TRE-RJ receberam especial destaque na mídia ao longo do referido trimestre: o combate às propagandas eleitorais antecipadas, o fechamento do cadastro eleitoral e as cassações e inelegibilidades de políticos. Com isso, contribuiu-se para o fortalecimento da imagem institucional do Tribunal.

O primeiro trimestre registrou um total de 341 matérias citando o TRE-RJ. Destas, 264 foram veiculadas na plataforma online, 50 em impressos, 25 em rádios e 3 em TVs. Cabe informar que, em 6 de maio de 2014, foi oficializada a ruptura do contrato com a empresa que fazia o clipping do TRE-RJ. Somente na primeira quinzena de junho, foi adquirida assinatura digital de alguns veículos impressos. Desde o dia 7 de maio, o clipping tem sido confeccionado pela Ascom com algumas limitações, tais como a incapacidade de efetuar monitoramento constante dos veículos e de captar e postar matérias de rádio e televisão.

As notícias sobre propagandas eleitorais antecipadas foram as que conseguiram maior espaço para o TRE-RJ na mídia. Foram 114 ao todo, no período compreendido entre abril e junho. A internet foi o meio que mais difundiu estas notícias, gerando um total de 102 matérias, ou seja, 89,47% das reportagens sobre propaganda antecipada. O alto nível de interesse da imprensa no assunto e a importância das figuras políticas no cenário eleitoral (os candidatos Luis Fernando Pezão, Anthony Garotinho, Marcelo Crivella e Luiz Lindbergh Faria Filho) fizeram com que a divulgação aumentasse. Coube à Ascom elaborar releases sobre os fatos, postá-los no nosso portal, enviar cópia para toda a imprensa e atender às demandas recebidas via email.

As notícias sobre cassações e inelegibilidades de políticos foi o segundo tópico de maior divulgação na mídia: 62 matérias durante o trimestre, ou seja, 18,12% do total de notícias. Já o fechamento do cadastro eleitoral rendeu 19 matérias na imprensa, 16,37% do total de matérias do mês de maio.

Cabe esclarecer que o índice de inserção positiva no mês de junho (86,36%) ficou abaixo da meta, que é 95%. Justamente neste mês, notícias sobre o ato político do PC do B foram mal interpretadas pela imprensa, que confundiu o ato político irregular com a convenção partidária do PC do B e entendeu que o Tribunal tentou impedir um ato legítimo, previsto na legislação eleitoral. Tais matérias (34 ao todo, o que representou 9,94% do total de matérias do mês de junho) foram responsáveis pela divulgação negativa da imagem do tribunal na imprensa.

O não atendimento da meta deste indicador não significa uma ineficácia na comunicação com os públicos do TRE-RJ. Tradicionalmente, usa-se o monitoramento da mídia como indicador, assim como as pesquisas de opinião, e ambos, de fato, são úteis para avaliar como a instituição lida com seus públicos. Entretanto, o indicador negativo pode ser interpretado como um alerta sobre eventuais ameaças à imagem do Tribunal na mídia, estimulando uma atuação mais ágil e integrada da Ascom com outros setores-chave do tribunal e com os principais atores da notícia, num processo contínuo de aperfeiçoamento da intercomunicação e da publicidade públicas, tentando evitar prejuízos à instituição.

Variável	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14
TMatPos	107	74	180	122	121	76						
TMat	109	78	182	128	125	88						
Cálculo	98,17%	94,87%	98,90%	95,31%	96,80%	86,36%						

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES											
		INDICADOR:	AI 03 - DISPONIBILIZAÇÃO DE SENTENÇAS NA INTERNET PELAS ZONAS ELEITORAIS										
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Aprimorar a comunicação com os públicos externos												
O QUE MEDE	O percentual de zonas eleitorais que disponibilizam as sentenças proferidas, na íntegra, na internet, até o dia útil subsequente à data de publicação da sentença.												
COMO MEDIR	Total de zonas eleitorais que disponibilizam as sentenças até o dia útil subsequente à data de publicação (TotZEDispSent), dividido pelo total de zonas eleitorais (TotZE), multiplicado por cem. $PercSentDisp1^o = (TotZeDispSent / TotZE) \times 100$	UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual										
		QUANDO MEDIR:	Mensalmente										
QUEM MEDE	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)												
QUEM ANALISA	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)												
META	Disponibilizar até o dia útil subsequente à data da publicação, na Internet, o inteiro teor das sentenças proferidas, por 100% das zonas eleitorais, anualmente.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor		FONTE DE DADOS	Informações prestadas pelas zonas eleitorais por meio do sistema Avalon							
EVOLUÇÃO DO INDICADOR													
		jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14
REALIZADO		48,59%	47,79%	47,39%	56,62%	56,62%	56,62%						
META		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Resultado no período													
Resultado 2014	52,27%												
Metas Anuais													
Meta 2014	100,00%												
Histórico													
2011	NM												
2012	NM												
2013 (4º Trimestre)	32,13%												
A disponibilização do inteiro teor das sentenças na internet, que se dá por meio do SADP, só pode ocorrer após publicação da sentença no Diário da Justiça Eletrônico ou, quando for o caso, no mural do Cartório Eleitoral.													

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	AI 03 - DISPONIBILIZAÇÃO DE SENTENÇAS NA INTERNET PELAS ZONAS ELEITORAIS

Análise de Desempenho (2º trimestre):

A dificuldade, mencionada nos relatórios anteriores, em coletar os dados referentes ao indicador em questão estimulou esta Corregedoria a estudar uma nova forma de obtenção das informações. A consulta às zonas eleitorais, na forma proposta pelo indicador, quanto à disponibilização das sentenças na internet, bem como quanto à funcionalidade utilizada para este fim, não permite verificar se as sentenças encontram-se efetivamente publicadas ou não, sendo os dados baseados somente em mera informação dos cartórios eleitorais. Além disso, questiona-se se é cabível a atribuição de indicador e meta para uma atividade obrigatória dos cartórios eleitorais. Entende-se, no entanto, que a verificação de seu cumprimento é válida e de fundamental importância como ferramenta de gestão por parte da Corregedoria. Assim, para medir a disponibilização de sentenças na internet pelas zonas eleitorais no 2º trimestre de 2014 foram levantadas, por meio do SADP, todas as sentenças proferidas no período e foi verificada a disponibilização de cada uma delas na página deste Tribunal na internet em SERVIÇOS/ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL. Esta medição revelou-se mais eficaz do que o levantamento do percentual de zonas eleitorais que cumprem esta determinação, pois mesmo o mais diligente chefe de cartório pode, eventualmente, por equívoco, deixar de publicar alguma sentença. A partir deste levantamento, verificou-se que, das 574 sentenças proferidas no 2º trimestre de 2014, somente 325 foram publicadas, índice muito aquém dos 100% esperados. O não atendimento da meta deste indicador dificulta o amplo acesso a informações sobre o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, prejudicando a transparência e a imagem institucional. A Corregedoria, diante das informações levantadas, estabelecerá plano de ação a fim de propor a exclusão do referido indicador, assumindo, contudo, a responsabilidade pela promoção do cumprimento da determinação de disponibilização das sentenças na internet.

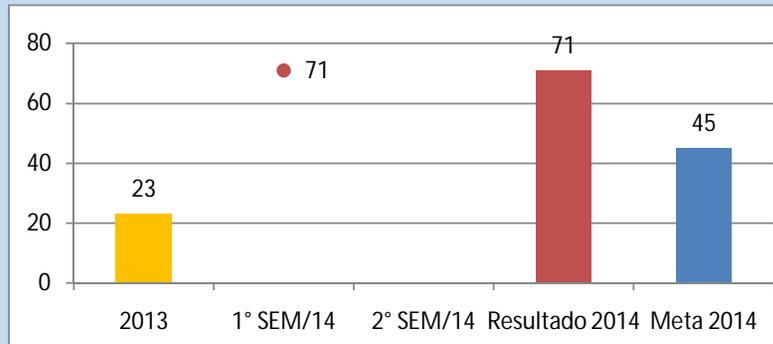
Variável	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14
TotZEDisp	121	119	118	325	325	325						
TotZE	249	249	249	574	574	574						

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Atuação Institucional

Objetivo: Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições

AI 04 - Número de parcerias estratégicas



Projetos Estratégicos

Sistematização do controle de parcerias
Banco de Boas Práticas

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Atuação Institucional



Objetivo: Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições

Análise de Desempenho

A análise do objetivo não foi realizada.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:		AI 04 - NÚMERO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS			
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições						
O QUE MEDE	O total de parcerias firmadas que contribuam diretamente para o alcance de um ou mais objetivos estratégicos.						
COMO MEDIR	Somatório de parcerias estratégicas firmadas pelo TRE-RJ NP = Σ ParcEst			UNIDADE DE MEDIDA:	Unidade (número de pessoas)		
				QUANDO MEDIR:	Semestralmente		
QUEM MEDE	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
QUEM ANALISA	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
META	Aumentar em 100% as parcerias estratégicas, relativamente ao ano de 2011, até 2013.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Controle de instrumentos de parceria da Assessoria Jurídica	
	Aumentar em 65% as parcerias estratégicas, relativamente ao ano de 2010, até 2014.						
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	71				Realizado	Meta	
Metas Anuais					1º SEM/14	71	35
Meta 2014	45				2º SEM/14		45
Histórico							
2011	8						
2012	41						
2013	23						
<p>1) Entende-se por parceria estratégica a materialização do vínculo de cooperação entre o TRE-RJ e outras instituições cujo objeto contribua diretamente para o alcance de um ou mais objetivos estratégicos.</p> <p>2) As parcerias vigentes, ainda que celebradas em outros exercícios, que continuem a contribuir para o alcance de um ou mais objetivos estratégicos, serão computadas no cálculo do indicador, assim como as parcerias renovadas.</p>							

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	AI 04 - NÚMERO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS
Análise de Desempenho (1º Semestre/2014):		
<p>O indicador apresentou resultado acima do previsto. Ao final do primeiro semestre de 2014 foram identificadas 71 parcerias celebradas. Este total refere-se a parcerias celebradas no período ou que, celebradas em outros períodos, permaneciam vigentes no 1º semestre deste ano.</p> <p>Observa-se que grande parte das parcerias celebradas no período estão relacionadas ao aprimoramento do processo eleitoral.</p> <p>Não obstante o resultado alcançado, mais uma vez houve grande dificuldade na medição do indicador, já que não há unidade no âmbito do TRE-RJ que realize o controle dos instrumentos de parcerias celebradas pelo Tribunal, o que aumenta consideravelmente a margem de erro na apuração dos dados. Tal questão, já abordada nos últimos relatórios, deu ensejo à inclusão no Plano Estratégico revisado em dezembro de 2012 do projeto "Sistematização do Controle de Parcerias", que tem por objetivo garantir melhor controle e padronização dos instrumentos de parceria, além de definir papéis e responsabilidades. O mencionado projeto está atrasado.</p> <p>O processo de medição consiste no encaminhamento de mensagem eletrônica pela Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão às diversas unidades da Sede, acompanhada de planilha para preenchimento com informações relativas às parcerias celebradas, motivadas ou sob monitoramento das unidades. Manifestaram-se, somente, a Corregedoria Regional Eleitoral, a Secretaria de Controle Interno e Auditoria e a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento. Algumas das parcerias elencadas foram extraídas de pasta de cópias da Assessoria Administrativa da Diretoria-Geral.</p> <p>A importância de parcerias estratégicas tem se evidenciado inclusive nos direcionamentos apresentados pelo Tribunal de Contas da União, que solicita informações nas orientações que versam sobre os relatórios de gestão. Por certo, as parcerias são absolutamente relevantes para o aprimoramento da gestão pública e para a otimização de recursos, na medida em que possibilitam, além da maior integração entre as instituições, o compartilhamento de experiências, conhecimento, práticas e soluções jurídicas, tecnológicas e administrativas, conforme se extrai da própria descrição do objetivo estratégico ao qual está vinculado o indicador em questão. Assim, a celebração de parcerias consiste em um meio bastante eficiente a ser explorado para o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal.</p>		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	AI 04 - NÚMERO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS
<p>PARCERIAS:</p> <p>1. Parcerias celebradas, no primeiro semestre de 2015, por meio da Corregedoria Regional Eleitoral com diversas instituições de ensino superior visando à concessão de Horas de Atividades Complementares para os mesários estudantes que trabalharem nas Eleições. As seguintes instituições aderiram: 1) OAB Rio de Janeiro; 2) Associação Educacional Dom Bosco (Resende); 3) Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA); 4) Centro Universitário Anhanguera Niterói; 5) Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM); 6) Centro Universitário de Barra Mansa (UBM); 7) Centro Universitário Geraldo Di Biasi (USB); 8) Faculdade Arthur de Sá Earp Neto (FASE); 9) Faculdade Cenequista da Ilha do Governador (FACIG); 10) Faculdade de Economia e Finanças e Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (IBMEC); 11) Faculdades de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro de São Francisco de Itabapoana (FAETERJ); 12) Faculdades de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro de Santo Antonio de Pádua (FAETERJ); 13) Faculdades de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro de Três Rios (FAETERJ); 14) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Macaé (FAFIMA); 15) Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia (Nova Friburgo); 16) Faculdade Educacional Serra dos Órgãos (UNIFESO); 17) Faculdade Gama e Souza (Olaria); 18) Faculdade Geremário Dantas; 19) Faculdade Metropolitana São Carlos de Bom Jesus de Itabapoana (FAMESC); 20) Faculdade Professor Miguel Ângelo da Silva Santos - Macaé (FeMASS); 21) Faculdade Santo Antonio de Pádua (FASAP); 22) Faculdade Sul Fluminense - Volta Redonda (FaSF); 23) Faculdade Integradas Hélio Alonso (FACHA); 24) Faculdades Integradas Henrique Simonsen - Padre Miguel; 25) Fundação CECIERJ - Polo UAB CEDERJ - Resende; 26) Fundação Educacional e Cultural São José - Itaperuna; 27) Fundação Educacional e Cultural São José - Itaperuna; 28) Fundação Oswaldo Aranha - Volta Redonda (UNIFOA); 29) Fundação Universitária de Itaperuna (FUNITA); 30) Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação Ltda (IBMR); 31) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - Paracambi (IFRJ); 32) Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert - Campos dos Goytacazes (ISEPAM); 33) Instituto Superior de Ensino Celso Lisboa (UCL); 34) Sociedade Universitária Redentor - Itaperuna; Instituto de Ciências Exatas - Polo Universitário de Volta Redonda (UFF); 35) UNIABEU - Angra dos Reis, Belford Roxo, Nilópolis e Nova Iguaçu; 36) UNIFLU - Campus I Direito de Campos; 37) UNIGRANRIO - Duque de Caxias; 38) Universidade Cândido Mendes; 39) Universidade Castelo Branco; 40) Universidade Católica de Petrópolis (UCP); 41) Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); 42) Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Instituto Politécnico Unidade Nova Friburgo; 43) Universidade Estácio de Sá - Campus Dorival Caymmi; 44) Universidade Estácio de Sá - Unidade Angra dos Reis; 45) Universidade Estácio de Sá - Unidade Nova Friburgo; 46) Universidade Estácio de Sá - Unidade Petrópolis; 47) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); 48) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); 49) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Três Rios (UFRRJ); 50) Universidade Iguaçu (UNIG); Universo - Campos dos Goytacazes. Objetivos estratégicos relacionados: Aprimorar o processo eleitoral; Fomentar o exercício da cidadania; Aprimorar a comunicação com os públicos externos; e, Harmonizar as relações com outras instituições. Obs: Aumento do número de inscrições, na página do TRE na Internet, de mesários voluntários e aumento do número de eleitores que se apresentaram nos cartórios eleitorais interessados em trabalhar como mesários.</p>		

ANÁLISE DE INDICADORES	
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	INDICADOR: AI 04 - NÚMERO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS
<p>51. Termo de Cooperação celebrado entre o TRE-RJ e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 27/06/2014, objetivando a cessão de 260 (duzentos e sessenta) policiais militares, 50 (cinquenta) bombeiros militares e 100 (cem) servidores para prestação de serviços perante as Zonas Eleitorais e/ou a Sede, bem como cessão de 20 (vinte) veículos, com motoristas e abastecidos, até 17/10/2014, ou, na ocorrência de segundo turno, até 14/11/2014. Objetivo estratégico relacionado: Aprimorar o processo eleitoral.</p> <p>52. Convênio nº 001/2014 celebrado entre o TRE-RJ e a SABEMI SEGURADORA S/A, em 02/06/2014 (Processo nº 182.381/2013), objetivando a concessão de planos de seguros e de previdência privada, bem como de assistência financeira mediante consignação em folha de pagamento, com vigência de 2 (dois) anos a contar de 02/06/2014. Objetivo estratégico relacionado: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia.</p> <p>53. Termo de Cooperação Técnica firmado entre o TRE-RJ e a sua Escola Judiciária Eleitoral e o TRF-2ª Região e a sua Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região - EMARF, celebrado em 02/05/2014, com vigência de 2 (dois) anos a contar da data de sua assinatura, objetivando a cooperação acadêmica e técnica mútua dos participantes, com a finalidade de integração institucional, com ênfase na pesquisa jurídica e realização de atividades acadêmicas, notadamente fóruns, eventos, conferências, seminários, encontros, debates e palestras. Objetivo estratégico relacionado: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais.</p> <p>54. Termo de Cooperação celebrado entre o TRE-RJ e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Processo nº 55.925/20014), objetivando a cessão de 100 (cem) servidores para prestação de serviços perante às Zonas Eleitorais deste Estado e/ou Sede, durante o período de 01/07/2014 e 14/11/2014, na ocorrência de segundo turno. Objetivo estratégico relacionado: Aprimorar o processo eleitoral.</p> <p>55. Parceria firmada com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ) para indicação de servidor para palestrar em Seminário de Prestação de Contas Eleitorais 2014 sobre o tema "Atuação da Justiça Eleitoral nas Eleições 2014" que acontecerá no dia 12/08/2014, na cidade do Rio de Janeiro. Objetivo estratégico relacionado: Aprimorar o processo eleitoral.</p> <p>56. Convênio celebrado entre o TRE-RJ e a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 21/07/2014, objetivando disponibilizar 15 (quinze) veículos de sua frota ao TRE-RJ, no período de 21/07/2014 a 17/11/2014. Objetivo estratégico relacionado: Aprimorar o processo eleitoral.</p> <p>57. Convênio entre o TRE-RJ e o Tribunal de Contas da União (TCU), firmado sob o processo TCU nº 021.478/2013-9 (Protocolo TRE-RJ nº 119.551/2013), com vigência de 24 (vinte e quatro) meses a contar de 25/09/2013, visando promover intercâmbio de informações e cooperação técnico-científica para a capacitação de recursos humanos - Objetivo estratégico relacionado: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais.</p>	

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		ANÁLISE DE INDICADORES	
INDICADOR:			AI 04 - NÚMERO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS
<p>58. Convênio celebrado entre o TRE-RJ e o SESI/RJ com a finalidade de disponibilizar aos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do TRE-RJ, bem como aos dependentes e pensionistas civis, os serviços prestados pelo SESI/RJ nas áreas de saúde, educação e lazer, com vigência de 02/07/2012 a 02/07/2017 - Objetivo estratégico relacionado: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia.</p> <p>59. Termo de Cooperação Institucional firmado entre a EJE/TRE-RJ e a EMERJ, abrangendo o período de 18/07/2013 a 17/07/2015, visando à cooperação acadêmica e técnica mútua dos participantes, almejando integração institucional, com ênfase na pesquisa jurídica e na realização de atividades acadêmicas, notadamente fóruns, eventos, conferências, seminários, encontros, debates e palestras. Objetivo estratégico relacionado: Fortalecer e harmonizar as relações com outras instituições.</p> <p>60. 1º Termo Aditivo ao Termo nº 003/224/2011 de Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o TJ-RJ visando ao aprimoramento nas áreas de infraestrutura, logística e gestão de segurança institucional, com apoio de material, pessoal e implementação de medidas de capacitação e reciclagem que assegurem tais medidas, a ser prestado pelo TJ-RJ ao TRE-RJ pelo período de 24 (vinte e quatro) meses a contar de 03/02/2013 - Objetivo estratégico relacionado: Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ.</p> <p>62. Termo de Cooperação Técnica e Parceria nº 01/2012, com vigência por prazo indeterminado, celebrado entre o TRE-RJ e a ABATERJ (Associação Beneficente de Amigos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro) que tem por objeto assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos na forma da logística reversa. Objetivo estratégico relacionado: Promover a responsabilidade ambiental.</p> <p>63. Adesão ao Convênio de Cooperação Institucional celebrado entre o CNJ e o Banco Central do Brasil para fins de utilização do mecanismo de consulta ao Cadastro Nacional de Clientes do Sistema Financeiro Nacional - CCS, por prazo indeterminado: Objetivo estratégico relacionado: Garantir agilidade dos feitos eleitorais.</p> <p>64. Termo de Convênio entre a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA e o TRE-RJ visando à disponibilização ao TRE-RJ de consulta ao cadastro de empresas e de visualização de documentos digitalizados, com vigência de 04/04/2012 até 04/04/2017. Objetivo estratégico relacionado: Garantir agilidade dos feitos eleitorais.</p>			

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	AI 04 - NÚMERO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS
<p>65. Termo Aditivo ao Convênio n.º 08/2010 celebrado em 26/11/2010 entre o TRE-RJ e a GUARDA MUNICIPAL da Cidade do Rio de Janeiro, visando a permanência de 30 (trinta) guardas municipais para servirem junto à sede do TRE-RJ, exclusivamente em atividades de vigilância e segurança até 26/11/2014. Objetivo estratégico relacionado: Aprimorar o processo eleitoral.</p>		
<p>66. Termo de Convênio n.º 050/2014 celebrado entre o TRE-RJ e a COMLURB, no período de 21/07/2014 a 15/11/2014, que tem por objeto a cessão de empregados/garis e veículos para auxiliar, no âmbito de suas estritas atribuições, os trabalhos de retirada de materiais de propaganda eleitoral irregular, dentro dos limites do Município. Objetivo estratégico relacionado:</p>		
<p>67. Convênio entre o TRE-RJ e a RIO ÔNIBUS, em 02/06/2014, objetivando a cessão gratuita de veículos necessários ao transporte de urnas eletrônicas com motorista e combustível para o 1º turno nos dias 04 e 05 de outubro de 2014, e, se houver 2º turno, nos dias 25 e 26 do mesmo. Objetivo estratégico relacionado: Aprimorar o processo eleitoral.</p>		
<p>68. Convênio entre o TRE-RJ e a FETRANSPOR, em 02/06/2014, objetivando a cessão gratuita de veículos, com motorista e combustível, necessários ao transporte de urnas eletrônicas para o 1º turno, nos dias 04 e 05 de outubro de 2014, e, se houver 2º turno, nos dias 25 e 26 do mesmo. Objetivo estratégico relacionado: Aprimorar o processo eleitoral.</p>		
<p>69. 2º Termo Aditivo ao Protocolo de Cooperação celebrado com o TSE para funcionamento do Centro Cultural da Justiça Eleitoral, que permite a utilização de 225m² do CCJE pelo TRE-RJ e prorroga a vigência para 06 de março de 2019. As despesas que excederem à média dos valores aferidos nos meses de fevereiro a abril/2013, ficarão à custa do TRE-RJ - Objetivo(s) estratégico(s) relacionado(s): Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ.</p>		
<p>70. Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre o TRE-RJ e a Universidade Veiga de Almeida (Termo nº 001/2007) visando a concessão de descontos nos cursos oferecidos pela instituição de ensino, com vigência indeterminada - Objetivo(s) estratégico(s) relacionado(s): Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais</p>		
<p>71. Convênio de Cooperação entre o TJ-RJ e o TRE-RJ para a integração tecnológica das informações provenientes dos bancos de dados do TJ-RJ e do TRE-RJ, no sentido de facilitar sua disponibilização, exclusivamente vinculada às atividades funcionais visando a localização de pessoas, comunicações de óbitos e do trânsito em julgado de condenações criminais, de incapacidade civil absoluta (interdição) e de improbidade administrativa, com vigência por prazo indeterminado – Termo nº 003/411/2012 – Objetivo(s) estratégico(s) relacionado(s): Garantir agilidade dos feitos eleitorais; Aprimorar o processo eleitoral.</p>		

Perspectiva dos Processos Internos

Tema:

Alinhamento Estratégico

Objetivos Estratégicos:

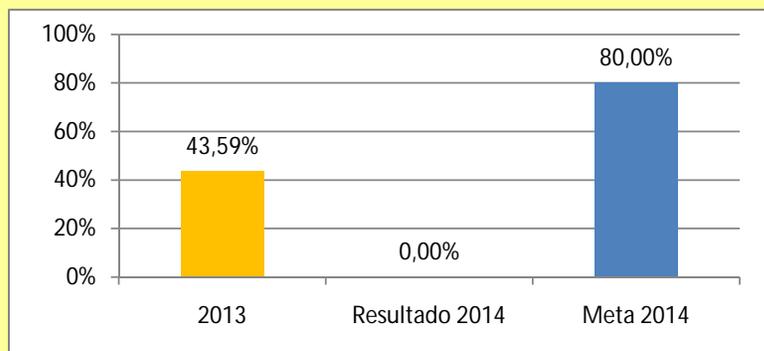
Desenvolver a gestão orientada a resultados

Monitoramento de Objetivo Estratégico

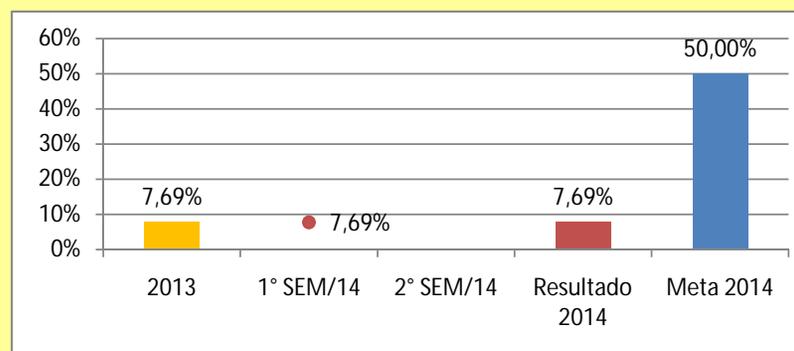
Tema: Alinhamento Estratégico

Objetivo: Desenvolver a gestão orientada a resultados

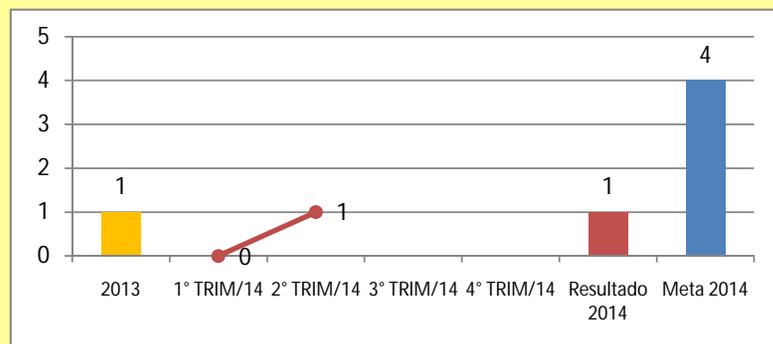
AE 01 - Índice de alcance das metas estratégicas



AE 02 - Índice de desdobramento da estratégia



AE 03 - Número de Reuniões de Análise da Estratégia



Projetos Estratégicos

	Desdobramento da Estratégia nas Unidades do TRE-RJ
	Sistema de Gestão da Estratégia
	Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Alinhamento Estratégico



Objetivo: Desenvolver a gestão orientada a resultados

Análise de Desempenho

O resultado do objetivo vem sendo impactado pelo baixo desempenho de todos os indicadores a ele relacionados.

Em que pese a periodicidade anual do indicador "Índice de alcance de metas estratégicas", observa-se que dos 39 (trinta e nove) indicadores que integram o plano estratégico (o indicador "Índice de alcance de metas estratégicas" não é computado neste cálculo):

12 (doze) indicadores tiveram desempenho dentro do limite desejável neste 2º trimestre de 2014 (sinalização "verde"), o que corresponde a 30,77%;

19 (dezenove) indicadores apresentaram desempenho insatisfatório (sinalização "vermelha"), o que corresponde a 48,71%, situação mais crítica do que a apresentada no primeiro trimestre deste ano e no primeiro semestre de 2013;

2 (dois) indicadores demandam atenção (sinalização "amarela"), o que corresponde a 5,13%;

4 (dois) receberam sinalização "preta", o que corresponde a 10,26%: um não foi mensurado no período ("Custo de manutenção da estrutura") e outros três estão indisponíveis por demandarem a conclusão de projetos estratégicos para viabilizar sua medição ("Índice de adequação às competências organizacionais", "Índice de cartórios eleitorais participantes no Espaço Colaborativo" e "Índice de adequação das instalações físicas");

2 (dois) não são passíveis de medição porque somente estarão aptos para mensuração no final deste exercício ("Percentual de implementação de planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições), sendo-lhes atribuída a sinalização "cinza", o que corresponde a 5,13%.

Vale destacar que, em que pese a medição anual do indicador "Índice de adequação das instalações físicas" anual, conforme informação prestada pela Secretaria de Administração por mensagem eletrônica de 21 de agosto de 2014, a respectiva medição foi realizada de forma equivocada ao final do exercício de 2013. Os dados acima demonstrados refletem as informações mais atuais, isto é, aquelas constantes da referida mensagem eletrônica. Consoante o teor da referida mensagem, "por equívoco da unidade responsável pela medição, não foram observados os critérios objetivos estabelecidos para sua medição", solicitando alteração para "medição não efetuada" e ressaltando que a correta medição do indicador está condicionada à implementação do projeto estratégico "Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais".

Nesse contexto, reitera-se a necessidade de realização sistemática das Reuniões de Análise da Estratégia, por se tratar do fórum ideal para avaliação dos fatores que estão impactando no desempenho dos indicadores e identificação das medidas a serem adotadas para garantir o alcance da estratégia institucional.

A primeira RAE de 2014 foi realizada no mês de maio de 2014, tendo por pauta o desempenho do exercício de 2013. Assim, permanece a defasagem de tempo para avaliação ideal da estratégia. Deve-se destacar que a falta das reuniões se reflete em outros indicadores, como, por exemplo, "Execução do Orçamento Estratégico", cujo baixo desempenho observado em 2013 pode ser atribuído à falta de avaliação sistemática do portfólio estratégico do Tribunal.

No que se refere ao "Índice de desdobramento da estratégia", as unidades envolvidas no projeto "Desdobramento da estratégia" têm-se mostrado bastante envolvidas nos trabalhos. Reitera-se, contudo, a necessidade de definição das próximas unidades a serem trabalhadas no desdobramento da estratégia. Estima-se que uma vez desdobrada a estratégia para o nível tático, haverá melhor direcionamento de esforços para a consecução dos objetivos estratégicos institucionais.

No que tange às demais iniciativas estratégicas elencadas para o alavancamento do objetivo em questão, os projetos "Metodologia de Gestão de Processos" e "Sistema de Gestão da Estratégia" estão em andamento, devendo-se destacar quanto ao segundo que sua priorização foi resultado de deliberação da RAE realizada em maio de 2014.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:		AE 02 - ÍNDICE DE DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA				
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Desenvolver a gestão orientada a resultados						
O QUE MEDE		O número de unidades da Sede do TRE-RJ com a estratégia desdobrada em relação ao número total de unidades da Sede do TRE-RJ.						
COMO MEDIR		Total de unidades da Sede do TRE-RJ com a estratégia desdobrada (TUniSedDesd), dividido pelo Total de unidades da Sede do TRE-RJ (TUniSed), multiplicado por cem. DE=(TUniSedDesd)/(TUniSed) x 100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Semestralmente	
QUEM MEDE		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
QUEM ANALISA		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)						
META		Desdobrar a estratégia para 50% das unidades da Sede do TRE-RJ, até 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatório de controle de unidades desdobradas	
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	7,69%					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º SEM/14	7,69%	40,00%
Meta 2014	50,00%					2º SEM/14		50,00%
Histórico						2011	0,00%	
2012	7,69%							
2013	7,69%							
Serão consideradas as seguintes unidades para o cálculo do indicador: Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Regional Eleitoral, Gabinete dos Juízes Membros, Escola Judiciária Eleitoral, Assessoria de Comunicação Social, Diretoria-Geral, Secretaria de Orçamento e Finanças, Secretaria Judiciária, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Administração, Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Controle Interno e Auditoria.								

ANÁLISE DE INDICADORES

Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de
Janeiro

INDICADOR:

AE 02 - ÍNDICE DE DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA

Análise de Desempenho (1º Semestre/2014):

O indicador não alcançou o desempenho definido na meta relativa ao segundo semestre de 2013, isto é, 40% de unidades desdobradas, o que corresponde a 5 unidades, mantendo-se a mesma situação do último semestre de 2013, com uma unidade desdobrada, qual seja, a Secretaria de Tecnologia da Informação.

O desempenho do indicador está intrinsecamente relacionado ao desempenho do projeto "Desdobramento da Estratégia", consignado no Plano Estratégico. Referido projeto foi iniciado no primeiro semestre de 2013 e tem como produto final a elaboração de mapas estratégicos ou painéis de contribuição para seis unidades da Sede até o final do exercício de 2014. Tal escopo foi associado ao cumprimento da meta pretendida de 50% de unidades desdobradas até o final de 2014. Ocorre que, conforme consta do Termo de Abertura do Projeto, uma das entregas, já concluída, foi a capacitação dos servidores, que somente foi encerrada no final de novembro de 2013, impactando no tempo de execução do projeto e, via de consequência, no cumprimento da meta. Com base nos conhecimentos obtidos durante a capacitação, foi possível, ainda, observar a complexidade da atividade de desdobramento. Assim, a meta estabelecida para o indicador pode ser considerada bastante audaciosa.

Conforme informado no último relatório, duas unidades estão sendo desdobradas, a saber: Secretaria de Administração e Secretaria de Gestão de Pessoas. O prazo de execução do projeto foi impactado pelas mudanças ocorridas no corpo gerencial das referidas unidades, no início de 2014, e pelo aumento do volume de trabalho típico dos anos eleitorais, dificultando a realização de reuniões sistemáticas entre a gerência do projeto e representantes das duas secretarias. O prazo previsto no último relatório para conclusão do trabalho nas duas unidades, qual seja, abril de 2014, não foi, portanto, observado. Considerando tais aspectos, não será possível o cumprimento da meta até o final de 2014. Reitera-se, assim, a sugestão de definição das unidades que deverão ser incluídas no cronograma de desdobramento da estratégia em 2015 pelo Comitê de Gestão da Estratégia e a consequente adequação da meta do indicador a tal definição.

Vale reiterar que, além do impacto direto do desdobramento da estratégia sobre o objetivo a ele vinculado, qual seja, "Desenvolver a gestão orientada a resultados", todos os demais objetivos consignados no plano estratégico serão potencialmente impactados na medida em que as unidades passam a ter seus próprios mapas estratégicos ou painéis de contribuição alinhados à estratégia organizacional, oportunizando a sinergia de esforços, a otimização de recursos, o acompanhamento do desempenho das unidades de forma objetiva, a melhoria do processo de tomada de decisões estratégicas e, conseqüentemente, a concretização da estratégia.

Variável	1 SEM/2013	2 SEM/2014
TUniSedDe	1	
TUniSed	13	

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	AE 03 - NÚMERO DE REUNIÕES DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA					
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Desenvolver a gestão orientada a resultados							
O QUE MEDE	O número de Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) realizadas.							
COMO MEDIR	Somatório de Reuniões de Análise da Estratégia realizadas NR = Σ Rae (indicador cumulativo)			UNIDADE DE MEDIDA:	Numeral			
				QUANDO MEDIR:	Trimestralmente			
QUEM MEDE	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)							
QUEM ANALISA	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)							
META	Realizar 4 reuniões, anualmente.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Cronograma e Atas de Reunião de Análise da Estratégia			
Resultado no período				EVOLUÇÃO DO INDICADOR				
Resultado 2014				1		Realizado	Meta	
Metas Anuais								
Meta 2014				4				
Histórico								
2011	NM							
2012	NM							
2013	1							
As Reuniões de Análise da Estratégia deverão ser realizadas trimestralmente, em observância ao art. 5º da Resolução CNJ nº 70/2009.								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	AE 03 - NÚMERO DE REUNIÕES DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA
Análise de Desempenho (2º trimestre/2014):		
<p>A meta estabelecida para o segundo trimestre de 2014 não foi atingida, uma vez que até o mês de junho de 2014 deveriam ter sido realizadas duas reuniões, haja vista o que prevê o art. 6º do Ato GP nº 391/2012: "As Reuniões de Análise da Estratégia deverão ser realizadas trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro". Deve-se ressaltar, contudo, que a primeira reunião realizada neste ano ocorreu no mês de maio (27/05/2014), tendo como pauta o desempenho estratégico do ano de 2013.</p> <p>Deve-se destacar que o objetivo estratégico "<i>Desenvolver a gestão orientada a resultados</i>", ao qual o indicador está vinculado, foi objeto de pauta da RAE realizada no dia 27 de maio de 2014, devido ao mal desempenho observado em 2013, gerando a elaboração de plano de ação com o objetivo de agilizar o processo de consolidação do Relatório de Análise da Estratégia, peça fundamental para a realização das Reuniões de Análise da Estratégia. Para tanto, o plano de ação buscou atacar duas causas raiz desse problema: 1) indefinição dos responsáveis pela coleta de dados e pela análise dos indicadores e objetivos estratégicos; 2) falta de ferramenta única que consolide todas as informações que integram o Relatório de Análise da Estratégia.</p> <p>No que tange à indefinição dos responsáveis pela coleta de dados e pela análise dos indicadores e objetivos estratégicos, foram aprovadas as unidades e servidores responsáveis, assim como discutido o papel de cada um no exercício daquelas atribuições, conforme consta da ata da referida reunião. Foi aprovada, ainda, a priorização do projeto "<i>Sistema de Gestão da Estratégia</i>".</p> <p>O impacto da primeira ação já poderá ser avaliada no início do terceiro trimestre, quando serão coletados e consolidados dados e informações atinentes ao segundo trimestre, visando à realização da RAE em agosto de 2014. No que tange à segunda ação, a ASPLAN concluiu a identificação de funcionalidades requeridas pelo sistema e agendou para o dia 1º de julho de 2014 reunião com a SEDSIS para início dos trabalhos de definição de requisitos do sistema.</p> <p>Caso realizada a segunda RAE de 2014 em agosto, o cronograma estará alinhado à norma, no entanto, o cumprimento da meta ainda assim permanecerá prejudicado, uma vez que o cumprimento a longo prazo demandaria a realização de uma RAE adicional em um dos próximos trimestres, para o cumprimento de quatro reuniões anuais. Saliente-se, ainda, que a pauta da RAE a ser realizada em agosto deve contemplar o desempenho dos dois primeiros trimestres do ano.</p> <p>Entende-se que o indicador em questão, ao avaliar o número de Reuniões de Análise da Estratégia realizadas, tem por objetivo precípua a sistematização do processo de avaliação do desempenho estratégico como forma de desenvolver a gestão orientada a resultados, sendo recomendável a observância à periodicidade trimestral como forma de garantir respostas rápidas a eventuais desvios identificados no desempenho estratégico. Isto, porque as Reuniões de Análise da Estratégia constituem-se no fórum ideal para o diálogo estratégico, onde são avaliados objetivos, indicadores, metas e iniciativas estabelecidos pela estratégia institucional e o desempenho organizacional sistemicamente, orientando a tomada de decisões de forma objetiva e com foco em resultados. Sob tal aspecto, a não realização dessas reuniões constitui-se em risco ao processo de gestão estratégica, uma vez que eventuais desvios poderão não ser corrigidos no tempo necessário para obtenção dos resultados almejados pelo TRE-RJ. Ademais, o resultado do indicador pode servir como um termômetro sobre o amadurecimento da instituição em relação ao processo de gestão estratégica.</p>		

Tema:

Gestão de Pessoas

Objetivos Estratégicos:

Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais

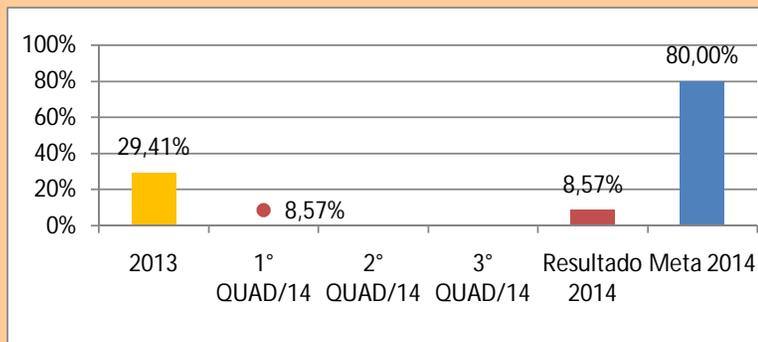
Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia

Monitoramento de Objetivo Estratégico

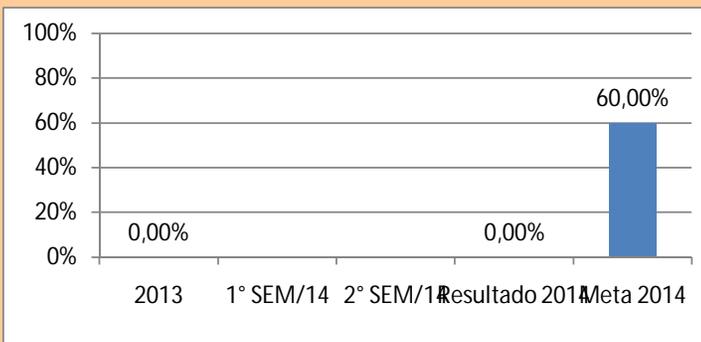
Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais

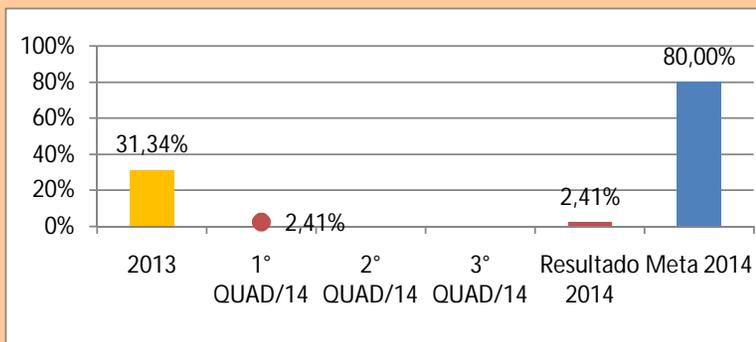
GP 01 - Índice de aderência ao PAC



GP 03 - Índice de adequação às competências organizacionais



GP 02 - Índice de execução do PAC



Projetos Estratégicos

Gestão por Competências

Educação a Distância - EAD

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Gestão de Pessoas



Objetivo: Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais

Análise de desempenho

A análise do objetivo não foi realizada.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES																	
		INDICADOR:		GP 01 - ÍNDICE DE ADERÊNCIA AO PAC															
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais																	
O QUE MEDE		O percentual de cursos previstos no Plano Anual de Capacitação (PAC) em relação ao total de cursos ministrados.																	
COMO MEDIR		Total de treinamentos do PAC realizados (TTreiPacReal), dividido pelo total de treinamentos promovidos pelo tribunal (TTreiProm), multiplicado por cem. APAC=(TTreiPacReal / TTreiProm)x100	UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual															
			QUANDO MEDIR:	Quadrimestralmente															
QUEM MEDE		Seção de Capacitação (SECCAP)																	
QUEM ANALISA		Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE)																	
META		Alcançar 80% de aderência ao PAC, anualmente.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS Módulo de capacitação do SGRH e PAC														
Resultado no período		<table border="1"> <caption>Gráfico de Evolução do Indicador</caption> <thead> <tr> <th>Período</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2013</td> <td>29,41%</td> </tr> <tr> <td>1º QUAD/14</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2º QUAD/14</td> <td></td> </tr> <tr> <td>3º QUAD/14</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Resultado 2014</td> <td>8,57%</td> </tr> <tr> <td>Meta 2014</td> <td>80,00%</td> </tr> </tbody> </table>		Período	Valor	2013	29,41%	1º QUAD/14		2º QUAD/14		3º QUAD/14		Resultado 2014	8,57%	Meta 2014	80,00%	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
Período	Valor																		
2013	29,41%																		
1º QUAD/14																			
2º QUAD/14																			
3º QUAD/14																			
Resultado 2014	8,57%																		
Meta 2014	80,00%																		
Resultado 2014	8,57%		Realizado	Meta															
Metas Anuais			1º QUAD/14	8,57%	80,00%														
Meta 2014	80,00%		2º QUAD/14		80,00%														
Histórico			3º QUAD/14		80,00%														
2011	30,10%																		
2012	NM																		
2013	29,41%																		
Entende-se por Total de Treinamentos Promovidos (TTProm) o Total de Treinamentos do PAC Realizados, acrescido de outros treinamentos realizados e não previstos no PAC.																			

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	GP 01 - ÍNDICE DE ADERÊNCIA AO PAC

Análise de Desempenho (1º quadrimestre):

O baixo índice da Aderência do PAC deve-se ao grande número de cursos que estão sendo solicitados e que não estavam previstos no Levantamento de Necessidades de Treinamento. Ressalte-se que o PAC-2014 ainda não foi aprovado e está pendente de cortes, a fim de ajustá-lo à dotação orçamentária disponível para capacitação de servidores. A variável TTreiPacReal aparentemente está sendo tratada como única nos cálculos dos índices de Aderência e Execução. No entanto, após análise detida sobre o assunto, chegamos à conclusão de que são diferentes.

Observa-se a crescente demanda de cursos fora do PAC é resultado da sua não regulamentação. Assim, a Seção de Capacitação está elaborando a sistematização do PAC.

Variável	1 QUA/2013	2 QUA/2013	3 QUA/2014
TTreiPacR	3		
TTreiProm	35		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:	GP 02 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PAC				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais						
O QUE MEDE	O percentual de cursos previstos no Plano Anual de Capacitação (PAC) efetivamente realizados.						
COMO MEDIR	Total de treinamentos do PAC realizados (TTreiPacReal), dividido pelo total de treinamentos previstos no PAC (TTreiPrevPac), multiplicado por cem. EPAC=(TTreiPacReal/TTreiPrevPac)x100 (indicador cumulativo)			UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
				QUANDO MEDIR:	Quadrimestralmente		
QUEM MEDE	Seção de Capacitação (SECCAP)						
QUEM ANALISA	Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE)						
META	Alcançar a realização de 80% dos cursos previstos no PAC, anualmente.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Módulo de capacitação do SGRH e PAC	
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	2,41%				Realizado	Meta	
Metas Anuais					1º QUAD/14	2,41%	10,00%
Meta 2014	80,00%				2º QUAD/14		50,00%
Histórico					3º QUAD/14		80,00%
2011	40,26%						
2012	NM						
2013	31,34%						

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	GP 02 -ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PAC

Análise de Desempenho (1º quadrimestre):

A não aprovação do PAC impede que ser promova iniciativas para realização dos treinamentos solicitados.

Variável	1 QUA/2014	2 QUA/2014	3 QUA/2014
TTreiPacR	2		
TTreiPrevF	83		

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES						
		INDICADOR:	GP 03 - ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO ÀS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS					
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais						
O QUE MEDE		A relação entre as competências organizacionais necessárias e as competências apresentadas pelos servidores, de acordo com suas respectivas áreas de trabalho.						
COMO MEDIR		Total de competências apresentadas pelos servidores (TCompServ), dividido pelo total de competências necessárias (TCompNec), multiplicado por cem. ACO=(TCompServ/TCompNec)x100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual	
						QUANDO MEDIR:	Semestralmente	
QUEM MEDE		Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE)						
QUEM ANALISA		Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)						
META		Alcançar 60% de índice de adequação às competências organizacionais necessárias, em 2014.		POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios de avaliação de competência	
Resultado no período						EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	NM					Realizado	Meta	
Metas Anuais						1º SEM/14	0,00%	50,00%
Meta 2014	60,00%					2º SEM/14		60,00%
Histórico								
2011	NM							
2012	NM							
2013	NM							
<p>1) Considerando que as competências organizacionais são diferentes em cada assessoria, secretaria, coordenadoria, seção ou cartório eleitoral que compõe os tribunais eleitorais, deve-se efetuar o cálculo em cada uma das áreas e fazer a média aritmética a fim de calcular o índice do Tribunal.</p> <p>2) Caso o processo de mapeamento das competências organizacionais ainda não esteja completo, deverão ser informadas quais áreas foram consideradas para a composição do cálculo.</p>								

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	GP 03 - ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO ÀS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS

Análise de desempenho (1º semestre):

Não há como medir o indicador tendo em vista que ainda não foi implementada a Gestão por Competências neste Regional. O projeto de implementação encontra-se em andamento. Já foram ultrapassadas as fases de definições de competências comportamentais / técnicas, validações e alguns ajustes nas definições das funções pelas unidades do TRE/RJ. A atual etapa é de realização dos ajustes pela Consultoria e posteriormente sensibilização. A previsão de aplicação do 1º ciclo da avaliação é para o mês de setembro/2014.

Variável	1 SEM/2014	2 SEM/2014
TCompSer	NM	
TCompNeq	NM	

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Gestão de Pessoas



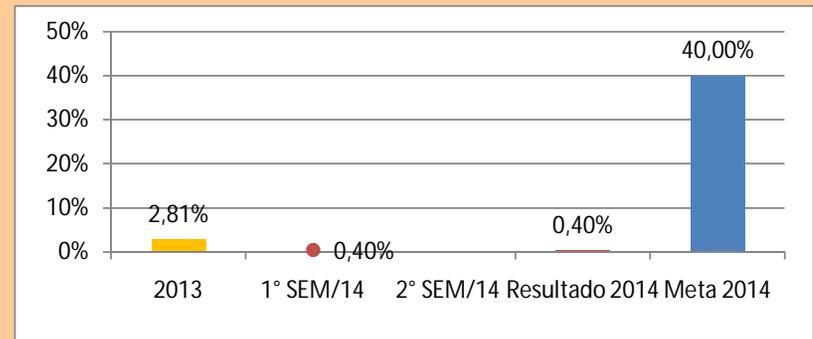
Objetivo: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia



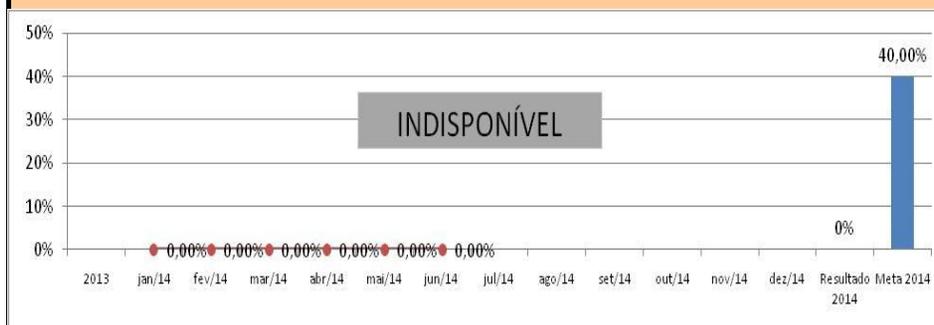
GP 04 - Clima organizacional



GP 06 - Índice de participação de magistrados



GP 05 - Índice de Cartórios Eleitorais participantes no Espaço Colaborativo



Projetos Estratégicos

	Gestão do Clima Organizacional
	Programa Qualidade de Vida no Trabalho - QVT
	Banco de Boas Práticas
	Espaço Colaborativo
	Programa TRE vai à Escola
	Sistematização do Programa TRE vai à Escola
	Reconhecimento do trabalho voluntário em ações de cidadania

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Gestão de Pessoas



Objetivo: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia

Análise de desempenho

A análise do objetivo não foi realizada.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES													
		INDICADOR: [REDACTED] GP 05 - ÍNDICE DE CARTÓRIOS ELEITORAIS PARTICIPANTES NO ESPAÇO COLABORATIVO													
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia													
O QUE MEDE		O percentual médio de Cartórios Eleitorais participantes no Espaço Colaborativo.													
COMO MEDIR		Soma do percentual de Cartórios Eleitorais participantes em cada tema (PCartPT), dividida pelo total de temas (TT) $ICartPEC = (\sum P_{CartPT}) / TT$ Onde: $PPCEF = [N_{CartPT}(\text{número de Cartórios Eleitorais que participaram do tema}) / T_{Cart}(\text{número total de Cartórios Eleitorais})] \times 100$									UNIDADE DE MEDIDA:		Percentual		
											QUANDO MEDIR:		Mensalmente		
QUEM MEDE		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)													
QUEM ANALISA		Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)													
META		Alcançar 40% de participação média, até 2014.						POLARIDADE DO INDICADOR		Quanto maior, melhor		FONTE DE DADOS	Relatórios de cartórios eleitorais participantes por tema de discussão		
EVOLUÇÃO DO INDICADOR			jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	
		REALIZADO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
		META	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%
Resultado no período															
Resultado 2014													0%		
Metas Anuais															
Meta 2014													40,00%		
Histórico															
2011													NM		
2012													NM		
2013													NM		
Caberá a cada unidade mediadora de tema de discussão consolidar mensalmente o percentual de cartórios eleitorais participantes no tema sob sua responsabilidade.															

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES														
		INDICADOR:		GP 06 - ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MAGISTRADOS												
OBJETIVO ESTRATÉGICO		Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia														
O QUE MEDE		O percentual de participação dos magistrados em ações alinhadas à estratégia.														
COMO MEDIR		Total de magistrados que participaram em ações orientadas para a execução da estratégia (TMagAçõExecEst), dividido pelo total de magistrados (TMag), multiplicado por cem. IPM = (TMagAçõExecEst/TMag)x100				UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual									
						QUANDO MEDIR:	Semestralmente									
QUEM MEDE		Escola Judiciária Eleitoral (EJE)														
QUEM ANALISA		Escola Judiciária Eleitoral (EJE)														
META		Alcançar 40% de participação, até 2014.			POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Relatórios das ações e controle de magistrados da SGP								
Resultado no período		<table border="1"> <caption>EVOLUÇÃO DO INDICADOR</caption> <thead> <tr> <th></th> <th>Realizado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º SEM/14</td> <td>0,40%</td> <td>32,50%</td> </tr> <tr> <td>2º SEM/14</td> <td></td> <td>40,00%</td> </tr> </tbody> </table>					Realizado	Meta	1º SEM/14	0,40%	32,50%	2º SEM/14		40,00%	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	
	Realizado					Meta										
1º SEM/14	0,40%					32,50%										
2º SEM/14						40,00%										
Resultado 2014	0,40%															
Metas Anuais																
Meta 2014	40,00%															
Histórico																
2011	3,61%															
2012	8,03%															
2013	2,81%															
<p>1) Para cálculo do indicador serão consideradas as ações estratégicas cuja participação dos magistrados seja de caráter voluntário.</p> <p>2) Deverá ser considerado um magistrado por cartório eleitoral para o cômputo do "total de magistrados".</p>																

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	GP 06 - ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MAGISTRADOS

Análise de Desempenho (1º semestre) :

Banco de voluntários no 1º sem 2014: 12 magistrados.
Número de magistrados atuantes no 1º sem/2014: 1

As ações estratégicas, de caráter voluntário, consideradas para cálculo do indicador, são, atualmente, as referentes ao Programa TRE vai à Escola. Duas instituições de ensino solicitaram 02 ações, cada uma, no primeiro semestre de 2014, e, até o momento, não foi possível atendê-las por falta de disponibilidade dos magistrados voluntários.

Cumprir informar que foram realizadas 2 (duas) ações sociais por parte da Juíza Eleitoral da 179ª ZE, Dra Flávia de Almeida Viveiros de Castro, tendo sido atendidos 85 alunos nas duas ações. A ação não tramitou por esta EJE, porém, por se tratar de ação voluntária por parte de magistrado, de conhecimento deste Tribunal, foi considerada no cômputo deste indicador. Vide notícia no site do TRE-RJ, em 01/05/2014.

Como já foi pontuado no ano anterior, sugere-se que seja monitorado o índice de participação de magistrados como integrantes do banco de voluntários em ações de cidadania. A título de comparação, verifica-se um banco atual com 12 magistrados eleitorais. Caso a medição ocorra sobre a quantidade de magistrados pertencentes ao banco, teremos um percentual de 8,33% em vez de 0,40%. Sugere-se, ainda, que a observação nº 1 da ficha tenha suprimida a palavra "estratégicas", pois pode haver atuação de magistrado fora dos padrões do Programa TRE vai à Escola, única ação estratégica existente até o momento, bem como de magistrado que não integre o banco de voluntários. É possível depreender dos dados do presente período que o indesejável desempenho do indicador, além de impactar o objetivo estratégico, impacta, ainda, nos indicadores ACE 02 - índice de atendimento às demandas de acesso e o indicador RSA 02 - número de pessoas atingidas pelos projetos sociais, que incluem, em seus cômputos, as ações do Programa TRE vai à Escola. Urge a necessidade de realização de campanha institucional visando o ano de 2015, junto aos magistrados eleitorais que se encontrarão no exercício da judicatura eleitoral no referido ano.

Variável	1 SEM/2014	2 SEM/2014
TMagAçãoExecEst	1	
Tmag	249	

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia

Objetivos Estratégicos:

Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ

Garantir a infraestrutura adequada de TIC

Monitoramento de Objetivo Estratégico

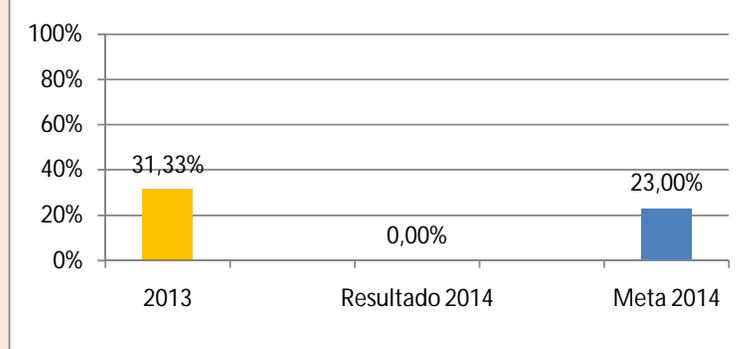
Tema: Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ

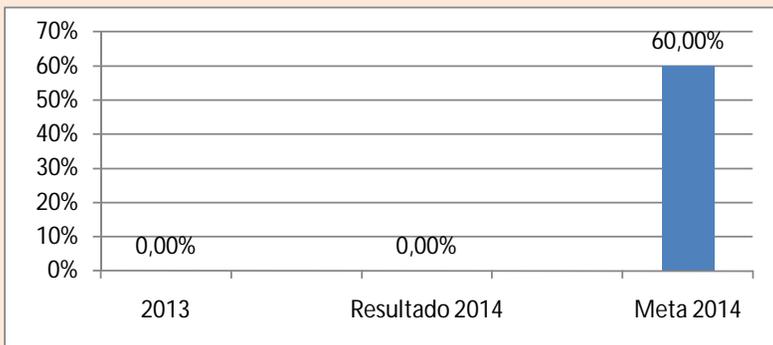
IT 01 - Índice de adequação das instalações físicas



IT 03 - Índice de instalações acessíveis



IT 02 - Índice de adequação dos materiais permanentes



Projetos Estratégicos

Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Infraestrutura e Tecnologia



Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ

Análise de Desempenho

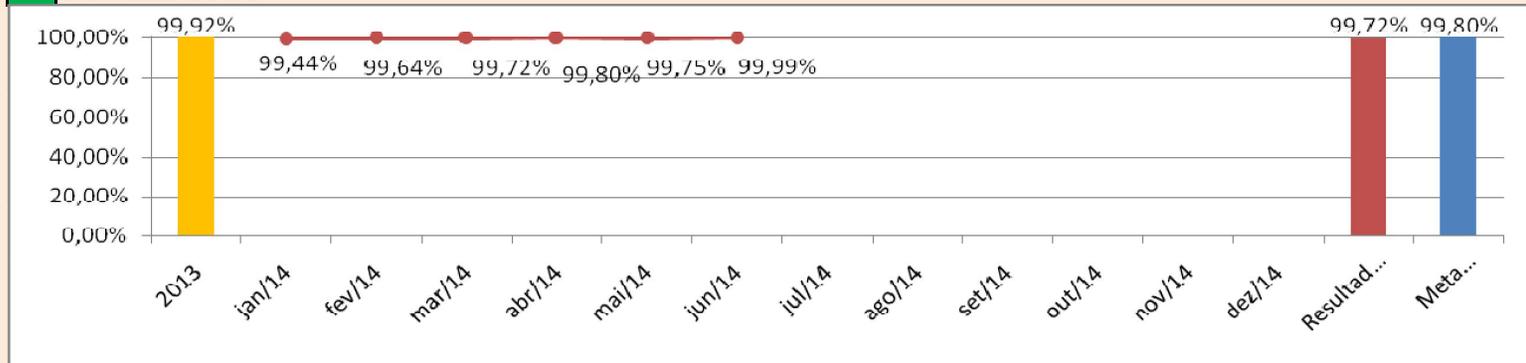
A análise do objetivo não foi realizada.

Monitoramento de Objetivo Estratégico

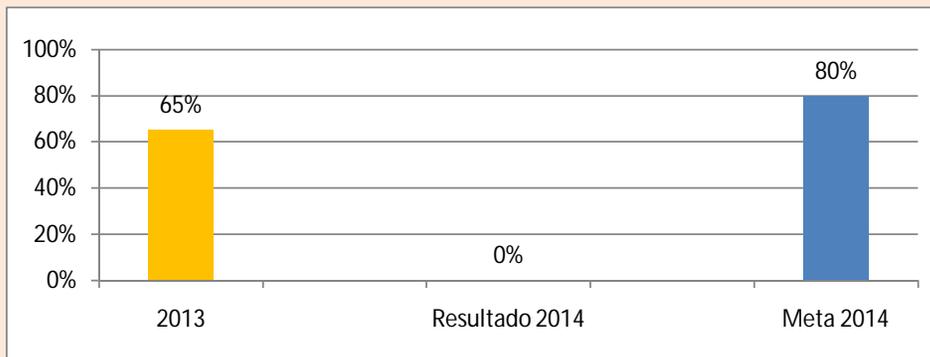
Tema: Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada de TIC

IT 04 - Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC



IT 05 - Índice de porte em TIC conforme requisitos definidos na Resolução 90/CNJ



Projetos Estratégicos

Modernização do Data Center
Programa Segurança da Informação
Georreferenciamento das Zonas Eleitorais

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Infraestrutura e Tecnologia



Objetivo: Garantir a infraestrutura adequada de TIC

Análise de Desempenho

A análise do objetivo não foi realizada.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES											
		INDICADOR:	IT 04 - ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS ESSENCIAIS DE TIC										
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantir a infraestrutura adequada de TIC												
O QUE MEDE	O percentual do tempo, em um período determinado, em que os serviços de TIC, incluindo sistemas informatizados eleitos essenciais, estiveram disponíveis para utilização.												
COMO MEDIR	Tempo de disponibilidade do conjunto de sistemas definidos como essenciais (TemDispSistTI), dividido pelo tempo total do período (TemTotPer), multiplicado por cem. DSTI = (TemDispSistTI / TemTotPer) x 100									UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual		
										QUANDO MEDIR:	Mensalmente		
QUEM MEDE	Seção de Produção (SEPROD)												
QUEM ANALISA	Coordenadoria de Infraestrutura (COINF)												
META	Assegurar 99,80% de disponibilidade de sistemas de TIC, até 2014.					POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor		FONTE DE DADOS	Software de monitoramento			
EVOLUÇÃO DO INDICADOR		jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14
	REALIZADO	99,44%	99,64%	99,72%	99,80%	99,75%	99,99%						
	META	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%
Resultado no período													
Resultado 2014	99,72%												
Metas Anuais													
Meta 2014	99,80%												
Histórico													
2011	98,93%												
2012	98,54%												
2013	99,92%												
<p>1) Devem ser considerados essenciais os sistemas: SADP/SADPWEB, DJE, Petição eletrônico, correio eletrônico, site Intranet, acesso à Internet, site Internet e ELO.</p> <p>2) Deverão ser desconsideradas do cálculo as indisponibilidades previamente programadas relativas a serviços de manutenção.</p> <p>3) O indicador mede a disponibilidade dos sistemas 24 X 7, ou seja, 24 horas por dia, nos 7 dias da semana, desconsiderando as indisponibilidades da observação 2.</p>													

Perspectiva dos Recursos

Tema:

Orçamento

Objetivos Estratégicos:

Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia

Monitoramento de Objetivo Estratégico

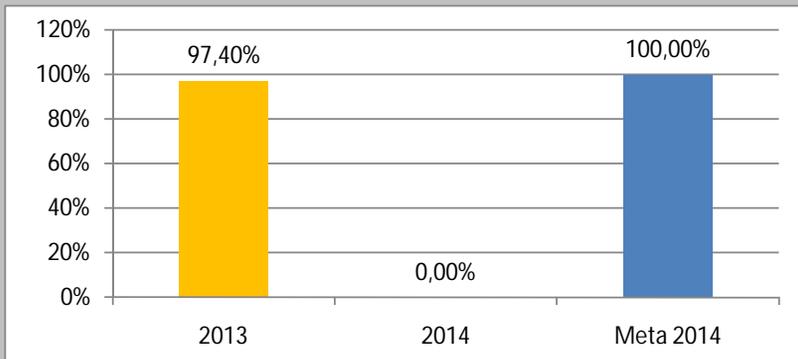
Tema: Orçamento



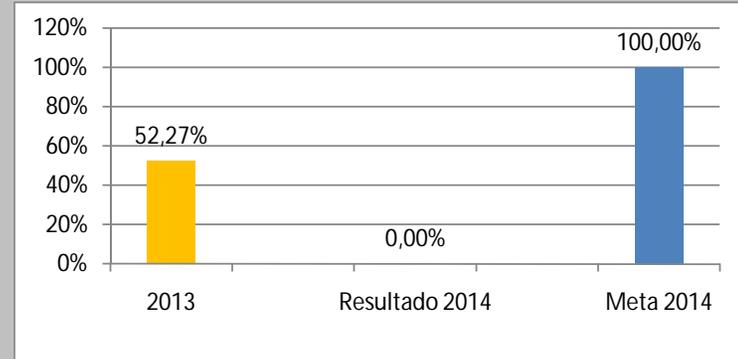
Objetivo: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia



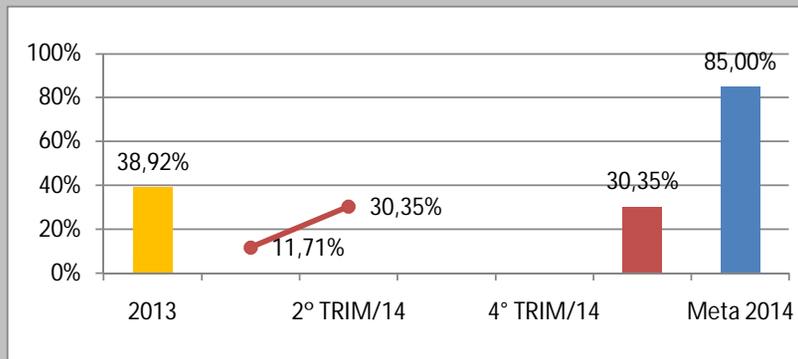
ORÇ 01 - Execução orçamentária



ORÇ 03 - Índice de execução do orçamento estratégico



ORÇ 02 - Índice de execução financeira



Projetos Estratégicos

Sistema de Acompanhamento da Execução

Monitoramento de Objetivo Estratégico

Tema: Orçamento



Objetivo: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia

Análise de Desempenho

Análise de desempenho (2º trimestre 2014):

O indicador ORÇ 01 (execução orçamentária), apresenta um percentual de 90%.

No entanto, o ORÇ 02 (execução financeira) atingiu um percentual de 30,35% quando a meta seria de 35%. Ressalta-se que o primeiro indicador é anual e o segundo trimestral. Essa diferença percentual ocorre em razão de que a maior parte dos contratos já foram empenhados, neste período, com o valor necessário até o final do exercício, porém as liquidações (execuções financeiras) só ocorrem mensalmente e num ritmo diverso, como veremos na análise do objetivo.

Quanto ao indicador ORÇ 03 (execução do orçamento estratégico), observa-se, uma baixa execução orçamentária correspondente a 31%.

Grande parte dos contratos já teve suas prorrogações efetivadas, com a conseqüente emissão de empenho até 31/12/14, ao passo que as respectivas liquidações ocorrem mês a mês, com pelo menos 45 dias a mais, após o período de competência. Esta situação ocorre basicamente tanto no âmbito da SAD quanto da STI, esta última, principalmente no caso dos contratos de manutenção de links de comunicação de dados (Backbone secundário) que têm uma parcela representativa no orçamento de custeio da instituição.

No âmbito da SAD, os contratos de locação de mão-de-obra constituem a maior parcela do orçamento de custeio e um volume considerável do valor total de todas as contratações firmadas. Em virtude da necessidade de apresentação de extensa documentação por parte da contratada e conferência por parte da administração, a liquidação destes contratos tem ocorrido, em alguns casos, com até 90 dias após o respectivo período de prestação do serviço. Desta forma, a liquidação até 30/6/14 destes contratos corresponde na verdade à prestação do serviço apenas do 1º trimestre do ano. Isto acaba impactando negativamente o resultado final do ORÇ 02 neste 2º trimestre e, portanto, o desempenho do objetivo e dificultando, sobremaneira, a análise de possíveis sobras orçamentárias, pois não se tem um quadro financeiro fidedigno dos contratos.

Relação dos indicadores vinculados ao objetivo com seu desempenho

Apesar do resultado atual, consideramos que o desempenho alcançado até o momento seja regular/satisfatório uma vez que o ORÇ 02 apresenta um desvio de apenas 14% da meta prevista, podendo, no entanto ser melhorado conforme exposto no item 6.

Relação do andamento das iniciativas/impacto com o desempenho do objetivo

Esclarecemos que semanalmente enviamos às unidades administrativas relatório contendo informações quanto à execução do orçamento sob sua responsabilidade. Além disso, periodicamente é enviado o relatório de acompanhamento de contratos visando o monitoramento e a otimização dos recursos, a fim de se verificar possíveis sobras orçamentárias, e portanto a disponibilização de recursos para a execução de novas ações estratégicas.

Potenciais fontes de problemas que estejam impactando no desempenho do objetivo

O aspecto já foi abordado no item 1.

Riscos potenciais que precisam ser tratados para assegurar o alcance do objetivo

Possíveis entraves ou mudanças de entendimento, por parte da Administração superior, durante a execução de ações estratégicas já planejadas.

Recomendações sobre processos que tenham relação com o objetivo

Visando melhorar a análise do indicador ORÇ 2, sugerimos que seja feita uma verificação junto aos setores responsáveis pelo atesto e conferência de documentações, com a finalidade de agilizar a liquidação e aprimorar o desempenho dos indicadores deste objetivo.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		PLANILHA DE INDICADORES					
		INDICADOR:	ORÇ 02 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO FINANCEIRA				
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia						
O QUE MEDE	A relação entre o valor liquidado e o valor executado do orçamento dentro do exercício.						
COMO MEDIR	Orçamento Liquidado (OrçLiq), dividido pelo Orçamento Executado (OrçExec), multiplicado por cem. EOL = (OrçLiq / OrçExec) x 100	UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual				
		QUANDO MEDIR:	Trimestralmente				
QUEM MEDE	Coordenadoria de Orçamento (CORÇA)						
QUEM ANALISA	Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)						
META	Alcançar 85% de liquidação dos recursos executados, até 2014.	POLARIDADE DO INDICADOR	Quanto maior, melhor	FONTE DE DADOS	Sistema de Administração Financeira - SIAFI		
Resultado no período					EVOLUÇÃO DO INDICADOR		
Resultado 2014	30,35%					Realizado	Meta
Metas Anuais					1º TRIM/14	11,71%	10,00%
Meta 2014	85%				2º TRIM/14	30,35%	35,00%
					3º TRIM/14		60,00%
Histórico		4º TRIM/14		85,00%			
2011	69,59%						
2012	31,93%						
2013	39,27%						
<p>1) Excluem-se do cálculo do indicador as despesas relativas a pessoal, benefícios, contribuição social e pleitos eleitorais.</p> <p>2) Entende-se por “orçamento executado” a despesa empenhada.</p> <p>3) Entende-se por “orçamento liquidado” as despesas devidamente liquidadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.</p>							

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	ANÁLISE DE INDICADORES	
	INDICADOR:	ORÇ 02 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

Análise de Desempenho (2º trimestre):

Considerando que atingimos o percentual de 30,35% para uma meta de 35%, vemos como satisfatório o desempenho alcançado. A maior parte dos empenhos emitidos no corrente exercício correspondem a contratos de prestação de serviço com valores significativos, ressaltando que a liquidação é mensal e os contratos são empenhados para todo o ano. Destaca-se, ainda, que o referido percentual poderia ser melhor, porém as empresas contratadas têm rotineiramente apresentado problemas documentais para a efetivação dos pagamentos, o que acarreta atraso nas liquidações.

Variável	1 TRIM	2 TRIM	3 TRIM	4 TRIM
OrçLiq	2.647.297,46	9.955.704,87		
OrçExec	22.607.030,22	32.804.403,36		